



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 023

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 06 DE ABRIL DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PSL Luiz Carlos Martins
PL Mauro Moraes
PPS Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PSL** - 01: Luiz Carlos Martins.

SUMÁRIO

023ª SESSÃO ORDINÁRIA	02
Lista de presenças.....	02
Expediente.....	03
Requerimentos	03
Projetos de Lei	07
Horário do Pequeno Expediente	12
Dep. Dobrandino da Silva.....	13
Dep. José Domingos Scarpellini....	13
Dep. Barbosa Neto.....	15
Dep. Plauto Miró Guimarães	16
Dep. Jocelito Canto.....	19
Dep. Elio Rusch	19
Horário do Grande Expediente.....	20
Dep. Neivo Beraldin	20
Horário das Lideranças	22
Liderança do PFL: Dep. Plauto	
Miró Guimarães	17
Liderança do PT: Dep. Elton	
Carlos Welter	22
Liderança do PSDB: Dep.	
Francisco Bühner.....	23
Liderança do PMDB: Dep. Elza	
Correia	25
Liderança da Oposição: Dep.	
José Domingos Scarpellini.....	14
Ordem do Dia	26
Leitura do Expediente	26
Discussão/Votação	26
2ª Discussão	26
1ª Discussão	27
Discussão Única.....	31
Requerimentos	31
Ordem do dia da próxima Sessão	32
Transcrições	32

023ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 023ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2005

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (49). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Ademar Traiano, André Vargas, Padre Paulo Campos e Ratinho Júnior (04). Achando-se em viagem o seguinte Sr. Deputado: José Maria Ferreira (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO ORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Requerimentos***

REQUERIMENTO Nº 759

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 52/2005, de autoria do Poder Executivo, que objetiva atribuir crédito presumido de 5% sobre o valor das saídas do leite UHT, acondicionado em embalagem longa vida.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 766

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, a transformação da Sessão Ordinária do dia 11 de abril, em Sessão Especial para homenagem ao Papa João Paulo II, ficando transferido para o dia 19 do corrente, no Grande Expediente, a homenagem ao Centenário do Instituto de Identificação do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO
NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 760

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 07 de abril (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária de quarta-feira.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 774

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, autorização para realização de audiência pública desta Comissão, no dia 20 de abril próximo, às 09h00 no plenário desta Casa, para discussão sobre a Reforma Universitária no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 767

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER o uso das dependências do plenário para conceder o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Waldemar Niclevicz, conforme Lei nº 14676 D.O. 06936 em 17/03/2005 de autoria do Deputado Orlando Pessuti, para o dia 29 de junho de 2005, às 17h00.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 750

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 287/2004, de sua autoria, que declara de Utilidade Pública a Sociedade de Amigos do Museu Paranaense.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 758/2005

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja endereçado voto de congratulações aos Exmos. Srs. Cyllênio Pessoa Pereira Júnior e Cláudio Fachini, respectivamente Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Mandaguari, em razão da posse ocorrida no dia 31 de março de 2005, após decisão do Tribunal Regional Eleitoral.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 764

Senhor Presidente:

O Parlamentar que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de congratulações aos jornalistas do Estado do Paraná, em nome de Ricardo Medeiros, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná - SINDIJOR-PR.

Destarte, solicitamos a especial gentileza em notificar o Ilmo. Sr. à rua José Loureiro, 211 - Curitiba / PR, CEP 80010-140.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 768

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Restau-

rante Novo Madalosso, pela passagem de seus 35 anos de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência a Sra. Flora Madalosso Bertoli, Carlos Madalosso e Severino Madalosso, para que recebam e transmitam a todos os servidores e colaboradores as homenagens da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É para nós, paranaenses, um momento de alegria, quando festejamos os 35 anos de fundação do Novo Restaurante Madalosso.

Para a população paranaense é muito gratificante mostrar o lado positivo de nosso Estado. É ainda muito mais satisfatório levar ao conhecimento da opinião pública o nosso progresso tecnológico na área de alimentação.

É com orgulho que nós, paranaenses, vemos que o avanço tecnológico e o progresso caminham lado a lado, unindo a criatividade e a técnica com o estágio atual do desenvolvimento, dando exemplo de como a área de alimentação pode contribuir para modernização e do próprio progresso da produção.

O Restaurante Novo Madalosso é o segundo maior do mundo e o primeiro da América Latina. Seu conjunto é de 275 funcionários, e a capacidade de atendimento é de 4646 lugares, o que lhe deu lugar no recorde do Guinness Book.

Pelo exposto, e por tantos outros destaques da mencionada empresa, a sua direção e todo o corpo de auxiliares, fazem-se merecedores do nosso júbilo e de nossas congratulações, como atestado de que o sucesso é fruto do trabalho e da competência administrativa.

REQUERIMENTO Nº 772

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Luiz da Paz e Josefina Andretta da Paz, que completa 60 anos de união conjugal, no próximo dia 14 de abril, celebrando Bodas de Diamante. A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia, através da convivência ao longo desses anos. Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro. O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas.

O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito. Sentimos muito orgulho

em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada.

Que ao renovarem seu matrimônio, Deus, em Seu infinito amor, os cubra de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas.

Nossos sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 773

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Plínio Simão e Leoni Gonçalves Simão, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro. A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia, através da convivência ao longo desses anos. Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro. O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas.

O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito. Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada.

Que ao renovarem seu matrimônio, Deus, em Seu infinito amor, os cubra de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas.

Nossos sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 775

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa, ao Nélio André Nesce, por seu destaque na área de vendas e relevantes serviços prestados na área social em Curitiba e Região Metropolitana.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 777

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, inserção de aplausos e congratulações

nos Anais desta Casa, ao Centro Odontológico Pio XII, pelos relevantes serviços prestados na área odontológica à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 776

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa, a Senff Parati Incorporações e Empreendimentos Imobiliários Ltda., pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 778

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa, a “Véio Sound” Som, Alarmes e Insufilms, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 779

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa, ao IQ's Bar e Lanchonete, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 752

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Vereadora cambeense Míriam Martins Araújo.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por esta senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenageada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 771

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata voto de louvor,

congratulações e muito aplauso à paranaense de Jacarezinho, Grazielli Massafera pela brilhante participação no Big Brother Brasil 5 da Rede Globo de Televisão. Seu desempenho deu notoriedade ao nosso Estado, representando com brilhantismo o nosso povo.

Efusivos cumprimentos deste Deputado, extensivo aos demais Pares desta Casa, bem como da comunidade paranaense, consignando-se o reconhecimento de todos!

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 757

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário deste Parlamento que se digne a aprovar o registro nos Anais da Sessão de hoje, de efusivos cumprimentos e congratulações à Diretoria da C-Vale Cooperativa Agroindustrial, de Palotina, na pessoa de seu Diretor-Presidente, Alfredo Lang, pela edificação de novas estruturas e a ampliação do complexo avícola, que compreende fábrica de rações, desativadora de enzima de soja, industrializados de frango e ampliação do abatedouro de frangos, cujo conjunto será inaugurado neste dia 08 de abril.

A condução administrativa séria e propositada fez com que a C-Vale, antes COOPERVELE, viesse a se tornar a segunda maior cooperativa singular do País. O seu gigantismo transparece em números auspiciosos: R\$ 1,28 bilhão de faturamento em 2004, R\$ 2004, R\$ 70,8 milhões de impostos gerados, 7.590 associados, 83% dos associados no Paraná são mini e pequenos produtores, 3.134 funcionários atuais, R\$ 240 milhões de investimentos, entre outros expoentes.

Esses pujantes números, somados àqueles, dão a dimensão da grandeza do complexo a ser inaugurado nesta sexta-feira. Justificam, incontestemente, a aprovação da presente proposição.

E, por achar que as grandes realizações devem ser reconhecidas, e aplaudidos aqueles que as protagonizam, se requer também, que caso aprovado o presente pleito, que se aquiesce um voto de louvor especial a cada integrante do corpo diretivo da cooperativa homenageada, pelos feitos produzidos.

Em caso de aprovação do ora requerido, solicita-se seja dado ciência do mesmo, com a manifestação dos votos de contínuo sucesso à C-Vale Cooperativa Agroindustrial, via correspondência a ser remetida ao seu Diretor-Presidente, Alfredo Lang, à Avenida Independência, 2347 - CEP: 85950-000 - Palotina-PR.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 756

Senhor Presidente:

Valendo-se de suas prerrogativas regimentais, o Deputado que este firma, vem REQUER ao Plenário deste Parlamento que se digne a aprovar o registro nos

Anais da Sessão de hoje, de efusivos cumprimentos e congratulações à Associação Comercial e Industrial de Cascavel - ACIC, pela passagem do 45º aniversário.

A importância e a validade da existência dessa entidade de classe, refletem no tempo os seu salutareos propósitos, em especial na prática da missão de integrar a classe empresarial, assistir e envolver o quadro associativo em ações para o seu desenvolvimento econômico, tecnológico e social.

Em mais de quatro décadas, a ACIC tem uma esteira histórica feita por ações pujantes que vieram a proporcionar relevantes benefícios no âmbito do espaço de sua exemplar atuação. E, por achar que as boas ações e os grandes feitos devem ser reconhecidos e aplaudidos àqueles que protagonizam, é que se requer a presente homenagem; e, caso ela seja aprovada, solicita-se seja dado ciência da mesma à atual Presidente da Associação Comercial e Industrial, Sra. Suzana Gasparovik Kasprzak, via correspondência a ser remetida à Avenida Toledo, 247 - CEP: 85810-230, Cascavel-PR.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 747

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa Legislativa, REQUER à Mesa Diretora o envio de expediente ao Exmo. Sr. Waldyr Ortêncio Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, manifestando agradecimento pela execução das obras de recapeamento asfáltico no trecho da rodovia que liga os Municípios de Dois Vizinhos, Verê e Itapejara D'Oeste, na Região Sudoeste do Estado.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Nosso requerimento justifica-se na medida em que mencionado trecho de rodovia encontra-se em péssimas condições de tráfego, e tão logo reivindicamos as melhorias necessárias, fomos prontamente atendidos pela Secretaria de Estado dos Transportes, através do Secretário Waldyr Pugliesi, a quem registramos e manifestamos nossos agradecimentos, de forma extensiva ao DER e toda a equipe, em nome da população do Sudoeste do Estado.

Mencionada rodovia constitui-se em importante estrutura para o escoamento da safra agrícola dos Municípios da microrregião de Dois Vizinhos, estando hoje em perfeitas condições de tráfego, graças às obras desenvolvidas pela Secretaria dos Transportes do Paraná, sob o comando do Secretário Waldyr Pugliesi.

REQUERIMENTO Nº 751

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após

ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado de Obras Públicas, Exmo. Sr. Luiz Dernizo Caron, solicitando informações sobre os motivos da paralisação das obras do Centro de Detenção de Londrina, bem como se o cronograma de obras prevê a conclusão do referido centro em dez meses.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 763

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas constitucionais, legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no intuito de pedir a liberação urgente das atividades da FERROESTE, que foram interditadas na semana passada pelo Instituto Ambiental do Paraná.

Essa liberação imediata se impõe visto que cerca de três mil toneladas de cargas deixam de ser transportadas diariamente pela ferrovia, acarretando grandes prejuízos para as mais de quinze empresas que operam pelo terminal ferroviário, como também, às cooperativas do Oeste do Paraná que se servem do mesmo terminal para escoar as produções via Porto de Paranaguá.

A medida está prejudicando, em muito, a agricultura regional que vem enfrentando dificuldades decorrentes da longa estiagem que se verifica, frustrando, em parte safras, e o comportamento aquém da expectativa do mercado. A interdição está desencadeando um clima de instabilidade e apreensões nos setores econômicos regionais, porque é notório que determinação governamental de lacrar a ferrovia não vai resolver questão alguma. Ao contrário, só vai contribuir para prejudicar ainda mais o Oeste do Paraná, maior produtora de grãos do Estado.

A decisão de interditar os trilhos da FERROESTE se contrapõe ao discurso da administração pública estadual que pugna pelo barateamento do frete, opondo-se ao pedagiamento de rodovias por achar que isso vai contra a economia popular.

Mas, quando é possível a baixa de custo, pelo uso do transporte ferroviário, o Governo paranaense age dissonante ao seu discurso e não de bom alvitre, sem antes esgotar as viabilidades de negociação e do acerto quanto às obrigações a serem cumpridas pela Concessionária, concedendo prazos, vem logo interditar o seu funcionamento.

Em nome de todo o setor produtivo do Oeste do Paraná, que já lamenta, e muito, os momentos difíceis da agricultura, rogamos pela sensibilidade do Sr. Governador em atender este pleito, abrindo com premente urgência espaço para negociações com a Concessionária, para pactuar um termo de Ajuste de Conduta para a quitação do passivo ambiental denun-

ciado pelo IAP e a cessação imediata dos efeitos da interdição.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) ELIO RUSCH

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães, Durval Amaral, Luiz Carlos Martins, Valdir Rossoni, Barbosa Neto e José Domingos Scarpellini.

REQUERIMENTO Nº 780

Senhor Presidente:

O Deputado Ângelo Vanhoni que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à RODONORTE, concessionária que explora o trecho da Rodovia BR-277 no sentido Curitiba - Norte do Paraná, para que realize obras de correção no acesso ao Museu do Mate, no Município de Campo Largo.

O Museu do Mate é um importante instrumento de política cultural do Governo do Estado, que foi remodelado e adensado em seu patrimônio e será reinaugurado no próximo dia 15 de abril. Além disso, deverá ser expandido por meio de novos projetos em implementação.

Nessa situação, esse museu deverá atrair um grande número de turista do Paraná, do Brasil e do mundo, e em particular da Região Metropolitana de Curitiba e, dentre estes, turmas de estudantes.

No entanto o acesso ao Museu se dá por um acesso de difícil manobra oferecendo riscos aos visitantes e turistas que visitarão o museu.

Neste sentido a RODONORTE, como concessionária, poderia reorganizar este acesso com a devida sinalização, construir a pista de desaceleração e pavimentação até o pátio de estacionamento do museu.

Sendo assim, a Assembléia Legislativa, conclama a RODONORTE a contribuir com a ampliação do turismo, do reforço de um importante instrumento de política cultural do Paraná e com a segurança de nossa população de Campo Largo e de todos os visitantes do Museu do Mate.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 761

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, REQUERER envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Exmo. Sr. Waldyr Ortêncio Pugliesi, solicitando informações a respeito da quantidade de devolução da retenção técnica da movimentação de soja, milho e farelo de soja no Porto de Paranaguá, nos anos de 2003 e 2004, mês a mês.

Ainda, quais os problemas e as dificuldades encontradas no que diz respeito à devolução aos seus legítimos donos da retenção técnica da movimentação de soja,

milho e farelo de soja dos anos de 2003 e 2004, já que estamos entrando na movimentação da safra de 2005.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 770

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata a transcrição nos Anais desta Casa do artigo intitulado Fani Lerner, a mão amiga! de autoria do jornalista e professor Aroldo Murá Gomes Haygert, publicado no Caderno de Idéias Ano II número 20 da Travessa dos Editores. O professor Aroldo, relata a história de vida que marcou Curitiba e o Paraná, com a passagem e o exemplo da emblemática Fani Lerner que, com seu trabalho rompeu os conceitos estagnantes sobre a atuação das primeiras-damas. O artigo relata a aposta de uma mulher no poder enquanto ferramenta para transformar o estado das coisas. E assim foi. Com inúmeras realizações à frente da PROVOPAR, sugerindo e gerindo projetos sociais voltados à infância que valeram a ela o reconhecimento internacional.

O texto do professor resgata com propriedade o papel desempenhado por essa paranaense tão ilustre.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 754

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa, da matéria "Lula não é católico, ele é caótico", publicada no jornal O Estado de São Paulo, na edição do dia de hoje, quando o Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Esébio Scheid faz uma série de críticas ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 163/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam os hospitais públicos do Estado do Paraná obrigados a oferecer a cirurgia bariátrica (reduz o estômago e/ou a absorção intestinal).

Parágrafo Único. O disposto no *caput* do artigo aplica-se a hospitais e demais órgãos de saúde subvencionados pelo Estado.

Art. 2º Compete à Secretaria de Estado da Saúde a fiscalização do cumprimento da exigência desta lei, bem como promover campanha de divulgação e estabelecer os critérios para sua realização.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Obesidade é um excesso de gordura corporal que frequentemente causa significativo dano à Saúde. Nos dias atuais, é considerada uma doença segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), pois diminui a qualidade e a expectativa de vida.

No Brasil 33% das mulheres e 13% dos homens estão acima do peso, e muitos sofrem das complicações da obesidade mórbida.

Após realizarmos mais de 25 mil check-ups médicos em executivos homens e mulheres das maiores empresas do país, um dado nos chama a atenção: 60% dessa população tem o peso corporal acima da normalidade. São indivíduos pesados que, ao persistirem em seus estilos de vida, serão, sem dúvida, obesos.

A obesidade favorece o surgimento de várias doenças: diabetes, mellitus tipo II, hipertensão arterial, alterações das gorduras sanguíneas, enfarte do miocárdio, doenças articulares, vasculares, e dermatológicas.

A auto-estima, a imunidade e o desejo sexual do obeso são reduzidos. Além disso, suam muito, dormem mal e respiram com dificuldade. Estudos da Sociedade Americana de Oncologia mostram que a incidência de câncer intestinal e de próstata é 30% maior em homens obesos e o câncer de endométrio, de colo de útero e da mama é de 55% maior em mulheres obesas.

A obesidade surge quando, ao se alimentar, o indivíduo ingere excesso de calorias e, sendo pequeno o gasto energético, engorda.

Quantificar essa gordura em excesso é muito difícil. Usamos como parâmetro o Índice de Massa Corporal (IMC), que se obtém dividindo o peso do indivíduo (em quilogramas) por sua altura ao quadrado, isto é, altura X altura em metros. A partir desse número de kg/m², interpretamos da seguinte maneira:

N abaixo de 18kg/m² : abaixo do peso

N de 18 a 26kg/m² : normal

N de 26 a 30kg/m² : pesado

N a partir de 30kg/m² : obeso

N acima de 40kg/m² : obeso mórbido

Várias são as formas da obesidade, assim como as circunstâncias em que ocorre. Por isso o tratamento também é muito difícil, exigindo uma força de vontade muito grande do paciente para mudar o seu estilo de vida.

Obesidade Mórbida

É uma doença em que há excesso de energia armazenada sob forma de gordura. O parâmetro mais utilizado para mensuração da obesidade é o Índice de Massa Cor-

poral (IMC). A obesidade mórbida é estabelecida quando o IMC é superior a 40kg/m² (em média 45kg acima do peso ideal). Hoje, essa doença mata, de forma precoce, no Brasil, aproximadamente 75 mil pessoas/ano.

Com tratamento conservador (a base de dietas, regimes, medicações, exercícios), poucos obesos conseguem sucesso mantendo uma perda de peso em longo prazo. Assim é comum ocorrer o “efeito ioiô”, decorrente de seguidos regimes com perda de peso e posterior recuperação do mesmo.

Portanto, nos grandes obesos, o alto índice de fracasso dos tratamentos clínicos associados à redução da expectativa de vida ou mesmo a piora da qualidade de vida, levaram ao reconhecimento da importância do tratamento cirúrgico, que apesar não estar isento de risco e complicações, atualmente é uma opção de tratamento com bons resultados. A cirurgia realizada neste caso é chamada de bariátrica.

Cirurgia bariátrica é o nome dado às intervenções realizadas no aparelho digestivo para tratamento da obesidade, tendo como objetivo promover redução do peso. O tratamento cirúrgico não envolve a remoção de tecido adiposo por sucção ou excisão. A cirurgia bariátrica consiste em reduzir o reservatório gástrico e/ou a absorção intestinal.

Assim diante do acima exposto, peço a ajuda de meus Pares, para a provação de importante projeto que irá salvar milhares de vidas.

PROJETO DE LEI Nº 164/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Estadual a criar o Núcleo Regional do Paranaidade com sede na microrregião de Francisco Beltrão.

§ 1º A cidade-sede será definida através de critérios estabelecidos pelo Poder Executivo, seguindo normas utilizadas pelo Governo para tal finalidade.

§ 2º A abrangência do Núcleo Regional a ser criado deverá, obrigatoriamente, atender todos os Municípios da região Sudoeste do Estado.

Art. 2º Fica da mesma forma, autorizado por esta lei o Poder Executivo Estadual a estabelecer dotações orçamentárias, bem como possíveis remanejamentos de verbas, para a implantação do Núcleo Regional mencionado no artigo 1º.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

A intenção deste projeto de lei é proporcionar os meios legais para que o Poder Executivo venha a atender

no menor espaço de tempo possível esta reivindicação legítima dos 42 Municípios que integram a região Sudoeste do Paraná.

Atualmente o atendimento disponibilizado na própria região pelo Paranacidade é feito por apenas uma técnica, o que resulta em atraso no encaminhamento e análise dos diversos projetos que necessitam de tramitação por esse importante órgão da administração estadual.

A sede mais próxima dos Municípios do Sudoeste está localizada em Cascavel e outra em Guarapuava, numa distância média de aproximadamente 180 quilômetros da maioria dos Municípios.

Assim sendo, ciente da necessidade de ampliação do atendimento a todos os Municípios paranaenses por parte do Governo do Estado, contamos com a compreensão dos nobres Deputados e conseqüente aprovação desta lei, de relevante importância para o desenvolvimento do sudoeste paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 165/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Estadual a criar Superintendência Regional do DER - Departamento de Estradas de Rodagens com sede na microrregião de Francisco Beltrão.

§ 1º A cidade-sede será definida através de critérios estabelecidos pelo Poder Executivo, seguindo normas utilizadas pelo Governo para tal finalidade.

§ 2º A abrangência do Superintendência Regional a ser criada deverá, obrigatoriamente, atender todos os Municípios da região Sudoeste do Estado.

Art. 2º Fica da mesma forma, autorizado por esta lei o Poder Executivo Estadual a estabelecer dotações orçamentárias, bem como possíveis remanejamentos de verbas, para a implantação da Superintendência Regional mencionado no Artigo 1º.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

A intenção deste projeto de lei é proporcionar os meios legais para que o Poder Executivo venha a atender no menor espaço de tempo possível esta reivindicação legítima dos 42 Municípios que integram a região Sudoeste do Paraná, representados pela AMSOP.

Atualmente, o atendimento disponibilizado para a região pelo DER é feito através da Superintendência que tem sede em Cascavel, o que resulta em atraso no encaminhamento e análise dos diversos projetos que necessi-

tam de tramitação por esse importante órgão da administração estadual.

Assim sendo, ciente da necessidade de ampliação do atendimento a todos os Municípios paranaenses por parte do Governo do Estado, contamos com a compreensão dos nobres Deputados e conseqüente aprovação desta lei, de relevante importância para o desenvolvimento do sudoeste paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 166/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública a AOPA - Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia, do Município de Curitiba, inscrito no CNPJ sob nº 00.929.006/0001-48.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) PEDRO IVO ILKIV

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto AOPA - Associação para o desenvolvimento da Agroecologia, fundada em 10 de setembro de 1995, com sede à rua Monte Castelo, 940, bairro Tarumã, no Município de Curitiba, PR, inscrita no CNPJ nº 00.929.006/0001-48, tem por objetivo geral promover o desenvolvimento da agroecologia, através do trabalho com agricultoras e agricultores familiares, consumidoras e consumidores em suas organizações, visando a construção de uma sociedade justa, plural, fraterna e libertária, bem como representar os associados junto às organizações governamentais e não-governamentais, promovendo uma articulação permanente que possibilite ações conjuntas ou complementares, promover um processo continuado de formação buscando o fortalecimento do protagonismo das famílias agricultoras e consumidoras na construção de suas histórias, promover assessoria técnica aos associados, apoiar e participar nas lutas pelo fortalecimento da agricultura familiar, entre outros.

A aprovação do referido projeto facilitará esta associação a execução de seus objetivos, um vez que poderá contar com recursos oriundos do Poder Público Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 167/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Será cassada a eficácia da inscrição, no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal

e de Comunicação - ICMS, do estabelecimento que adquirir, distribuir, transportar, estocar ou revender derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes, em desconformidade com as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente.

Art. 2º A desconformidade referida no artigo 1º será apurada na forma estabelecida pela Secretaria da Fazenda e comprovada por meio de laudo elaborada pela Agência Nacional do Petróleo ou por entidade por ela credenciada ou com ela conveniada.

Art. 3º A falta de regularidade da inscrição, no cadastro de contribuinte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e de Comunicação - ICMS, inabilita o estabelecimento à prática de operações relativas à circulação de mercadorias e de prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Art. 4º A cassação da eficácia da inscrição do cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, prevista no artigo 1º, implicará:

I - aos sócios, pessoas físicas ou jurídicas, em comum ou separadamente, do estabelecimento penalizado:

a) o impedimento de exercerem o mesmo ramo de atividade, mesmo que em estabelecimento distinto daquele;

b) a proibição de entrarem com pedido de inscrição de nova empresa, no mesmo ramo de atividade.

II - ao responsável ou preposto, ainda que temporariamente ou a qualquer título, do estabelecimento penalizado:

a) pertencer ao quadro administrativo como sócio, diretor, gerente ou gestor de negócio, de empresa ou estabelecimento comercial que pretenda sua inscrição no Cadastro de Contribuinte do ICMS.

Parágrafo Único - As restrições previstas nos incisos, prevalecerão pelo prazo de cinco anos, contados da data da cassação.

Art. 5º Será obrigatória a afixação de placa identificatória da empresa distribuidora de combustível, com seu respectivo endereço, telefone e CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, na bomba de combustível e no caminhão-tanque distribuidor, em local de fácil visibilidade, assim como do agente fiscalizador responsável pela averiguação da qualidade do combustível comercializado pelo posto revendedor.

Art. 6º O Poder Executivo divulgará através do Diário Oficial do Estado a relação dos estabelecimentos comerciais penalizados com base no disposto nesta lei, fazendo constar os respectivos CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e endereço de funcionamento.

Art. 7º As disposições desta lei aplicar-se-ão aos supermercados e afins que tenham como atividade adicional a revenda de combustíveis e demais derivados de petróleo, conforme definida na legislação federal.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei que dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, visa coibir a comercialização de combustível adulterado, prática que tem acarretado sérios danos aos consumidores.

Esperando contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela, que temos certeza, será um marco na defesa do consumidor paranaense contra o estabelecimento que adquirir, distribuir, transportar, estocar ou revender derivados de petróleo, gás natural, álcool etílico hidratado carburante e demais líquidos carburantes, em desconformidade com as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente.

PROJETO DE LEI Nº 168/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam os hospitais e maternidades da rede pública, ou particulares que sejam subvencionados pelo Estado do Paraná, obrigados a realizar, gratuitamente, em todas as gestantes, no período de gravidez compreendido entre 11 semanas e 1 dia e 13 semanas e 6 dias o exame denominado Ultra-Screen, também conhecido como "Teste do Dedinho".

Parágrafo Único. O exame será realizado por profissional qualificado, no próprio hospital, durante o pré-natal da gestante no período já mencionado no *caput* deste artigo.

Art. 2º O profissional que deixar de dar cumprimento à realização deste exame responderá pela sua omissão, de acordo com os ditames legais, bem como a respectiva entidade de saúde.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

O exame Ultra-Screen tem por finalidade apontar com maior precisão se o nascituro possui Síndrome de Down, sendo que o exame é realizado com apenas uma gota de sangue tirada do dedo da paciente grávida. Segundo dados, o exame possui 91% de acerto e é um complemento do já conhecido teste de translucência nuchal.

O Ultra-Screen é um protocolo de triagem pré-natal no primeiro trimestre da gravidez para fornecer à paciente o risco específico que ela tem de estar gerando um bebê com Síndrome de Down, Trissomia do cromossomo 18 e outras anomalias cromossômicas. O teste do dedinho combina a medida do acúmulo de líquido atrás do pescoço fetal feita pelo ultra-som (Translucência Nuchal) com a dosagem de marcadores séricos (substâncias fetais que circulam no sangue da mãe) e constitui a avaliação mais precoce e mais sensível disponível para triagem de Síndrome de Down.

O exame Ultra-Screen tem sido estudado extensivamente e provou detectar cerca de 91% das gestações com Síndrome de Down com 5% de falsos positivos e 98% das gestações com Trissomia do 18 com 1% de falsos positivos. Devem ser submetidas a esse exame as parturientes com mais de 35 anos e aquelas que já tiveram bebês com Síndrome de Down, pois têm maior chance de desenvolver o problema de novo. No entanto, a maioria dos casos de Síndrome de Down ocorre em mulheres com menos de 35 anos, portanto, o teste de triagem é recomendado para todas as gestantes.

A Síndrome de Down é relativamente freqüente e apresenta alta incidência, isto é, a cada 700 bebês nascidos, um tem síndrome, conforme dados da Fundação Síndrome de Down em Campinas. O exame Ultra-Screen consiste da combinação de um exame de ultra-som e um exame de sangue, realizados entre 11 semanas e 1 dia e 13 semanas e 6 dias de gravidez. O exame de sangue pode ser realizado a partir de 9 semanas, mas a época de fazer o exame de ultra-som é aquela em que o comprimento crânio-nádegas do bebê tenha medidas CCN entre 45-84 mm.

O CCN é medido para apurar a exata idade gestacional e no mesmo momento é feita a medida da Translucência Nuchal (TN). A Translucência Nuchal é um marcador específico de aneuploidia (alteração do número de cromossomos). No momento do exame de ultra-som

uma amostra de sangue é coletada. Uma pequena picada na ponta do dedo origina uma gota de sangue que é depositada numa espécie de papel especial que absorve e seca essa gota de sangue.

O risco específico de uma parturiente estar gerando um bebê com Síndrome de Down e Trissomia do 18 é então calculado através de um programa de computador que leva em conta os valores das dosagens das substâncias acima (beta-HCG livre e PAPP-A) e a medida da TN.

As vantagens do teste do dedinho (Ultra-Screen) é que ele detecta 91% das gestações com a Síndrome de Down e a Trissomia do cromossomo 18 e isso acontece mais cedo do que com os testes conhecidos (o teste quádruplo só é feito no 4º mês) e tranquiliza a paciente mais cedo caso seja negativo. Pacientes com risco para essas doenças podem decidir mais cedo pela avaliação genética como a biópsia de vilos coriônicas.

Ressalte-se que projetos semelhantes já foram apresentados em outros Estados da Federação e estão em tramitação. Assim, é de suma importância que o Estado do Paraná também passe a realizar o exame que representa um avanço no diagnóstico de defeitos cromossômicos.

Pela relevância e alcance social do presente projeto, contamos com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 169/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária das Mulheres do Bairro Alto, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária das Mulheres do Bairro Alto, trata-se de uma entidade de Assistência Social, com sede e foro no Município de Curitiba.

Tem por objetivo promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária das mulheres, bem como representar as mulheres em suas reivindicações junto aos Poderes constituídos.

Dentro das suas atividades diárias destacam-se as ações que visam o desenvolvimento de trabalhos junto a criança, adolescentes e idosos, através de cursos de alfabetização e capacitação, bem como de atividades esportivas, entre outros.

PROJETO DE LEI Nº 170/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 1º da Lei 12.420, de 13 de janeiro de 1999 fica acrescido de parágrafo com o seguinte teor:

“Art. 1º ...

Parágrafo Único. É obrigatória a exposição em local de ampla visualização para os consumidores, nos postos revendedores, dos telefones do PROCON, da Secretaria de Estado da Fazenda e do Comitê Sul Brasileiro de Qualidade de Combustíveis”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

Apoioamento:

Delegado Bradock, Barbosa Neto, Reni Pereira e Miltinho Puppio.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de norma destinada a proteger o consumidor, oferecendo ao cidadão os telefones de órgãos de proteção ao consumidor.

A adulteração de combustíveis é constantemente notícia em veículos de comunicação. Normalmente são grupos organizados que desequilibram o setor de venda de combustíveis, promovendo concorrência desleal e lesando o consumidor.

A informação ao consumidor é direito que deve ser garantido e nessa linha a manutenção dos dados de que trata este projeto de lei realiza a conquista de cidadania.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Dobrandino da Silva, primeiro orador inscrito.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (**Pela Ordem**)

Enquanto o Deputado Dobrandino chega à tribuna, gostaria de rever e comentar sobre uma situação ocorrida ontem no final da Sessão, Sr. Presidente. Cada vez que eu ocupo o lugar que V. Exa. muitas vezes não pode, tenho procurado sempre cumprir o Regimento. Confesso que com o Regimento antigo eu tinha bem mais domínio do que nesta situação.

Ontem, lamentavelmente, já no encerrar da Sessão, o Deputado Beraldin solicitava um aparte ao Deputado Scarpellini que estava no momento das Explicações Pessoais. Eu, consultando a assessoria da Mesa, não concedi, porque me foi orientado pela assessoria que não era permitido pelo Regimento, mas, ao contrário disso, era.

Então, cometi um erro, e depois, no momento em que não se encontravam aqui mais do que um ou dois Deputados, foi solicitada a verificação e posteriormente a chamada nominal e não houve um consenso por parte da assessoria da Mesa, nessa situação.

Apenas ocupo, se V. Exa. me permite, para pedir as minhas desculpas ao Deputado Neivo Beraldin que estava correto no seu entendimento e eu, naquela condição, acabei errando por falha da nossa assessoria, o que é normal. Todos somos falíveis, já que o Regimento foi aprovado nesses dias.

Gostaria de deixar registrado, publicamente, a minha solicitação de desculpas ao Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Consulto se, pela ordem, tenho dez minutos conforme o Regimento Interno determina? O tempo que eu posso para formular uma Questão de Ordem qual é? Eu já poderia dizer que são dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. pode citar o artigo?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Artigo 101.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. deve estar enganado, porque o artigo 101 é Ordem do Dia da Casa.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Então vamos procurar o artigo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Questões de Ordem, artigo 104.

Vou ler o artigo 104: “Todas as dúvidas sobre a interpretação deste Regimento na sua prática, constituir-se-ão em Questão de Ordem.

§ 1º Todas as Questões de ordem claramente formuladas, serão resolvidas definitivamente, pelo Presidente da Assembléia.

§ 2º Nenhum Deputado poderá exceder o prazo de dez minutos para formular simultaneamente uma ou mais Questões de Ordem.

§ 3º No momento das deliberações, qualquer Questão de Ordem só poderá ser formulada ou justificada dentro do prazo que couber a cada Deputado para encaminhar a votação.”

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Sr. Presidente, fico agradecido pela sua informação.

A outra questão é a seguinte: ocupava a tribuna ontem o Deputado Scarpellini. Eu solicitei um aparte. A Mesa disse que não podia apartear; o orador que ocupava a tribuna não podia ser apartado por este Parlamentar.

Outra questão: artigo 19: - “A Sessão começa às 14h30min e termina às 19h.”

Então, não há razão para o então Presidente daquele momento não permitisse que eu usasse do expediente regimental para as Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O ilustre Deputado Augustinho Zucchi, que estava ocupando a Presidência na tarde de ontem já pediu, inclusive desculpas a V. Exa. dizendo que realmente houve um engano de informação por parte da assessoria da Mesa. Ele foi muito gentil com V. Exa., reconhecendo o erro que cometeu.

Então, eu só queria que V. Exa. atendesse ao pedido de desculpas do Deputado.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Ele já esteve no meu gabinete, ontem. Eu disse que aceitava, pessoalmente, mas a questão era política, e eu, como Parlamentar de seis mandatos, não poderia receber um tratamento de um Presidente eventual, sem aparato regimental e transmitido pela televisão. Como costume agora sempre em conformidade com o meu coração, procuro resolver os problemas.

Agora, certamente a questão das desculpas do Deputado já estão aceitas, mas, é preciso que interpretemos melhor nosso Regimento Interno, para que não tenhamos mais este tipo de situação na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. tem que entender também que os membros auxiliares da Presidência assumiram recentemente seus cargos. Estão, ainda, praticamente, no período de interstício.

Estes problemas não acontecerão mais, com certeza.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Outra questão que eu queria formular a V. Exa., que a Mesa informava, ontem, que só dois oradores poderiam usar a palavra nas Explicações Pessoais.

O Regimento Interno diz o seguinte: “A nenhum Deputado é lícito fazer uso da palavra para Explicações Pessoais por mais de uma vez”. Não significa que sejam só dois Deputados. Houve uma invenção, de momento, de que só poderiam falar dois Deputados. É dado quinze minutos, o Presidente entendendo que pode se alongar por mais, é prerrogativa da Presidência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sem dúvida nenhuma, é prerrogativa da Presidência.

Concedemos a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Dobrandino da Silva.

Deputado Dobrandino da Silva (PMDB)**O SR. DOBRANDINO DA SILVA**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Amanhã é o Dia do Jornalista. Como não há Sessão amanhã, queremos registrar na Casa esta data tão importante, de um regime democrático, do papel do jornalista.

Houve épocas difíceis, em Sessões, em que eram cerceados os direitos dos jornalistas, do jornalismo. Mas, hoje, graças a Deus, num regime democrático esta liberdade, na verdade contribui, e muito, para com nosso País, com nosso Estado, com nossa cidade. Nós não deixaríamos de reconhecer a importância que tem o papel da imprensa e aqui na nossa Casa tem uma “galera”, um grupo de jornalistas que cobre a Assembléia Legislativa e que leva a informação à população. É realmente um papel importantíssimo.

Sempre disse, em toda minha trajetória política, do papel importante que tem a imprensa. No regime democrático, é muito importante. Então, eu queria apenas deixar registrada a importância que tem este segmento da sociedade, estes profissionais que ajudam a levar a mais perfeita informação, que fazem seus comentários, suas críticas e seus elogios, porque, como é hoje, um regime democrático, é realmente muito importante.

Sempre respeitei, principalmente quando a imprensa é séria, responsável, dá uma grande contribuição para os governantes, especialmente para a classe política.

Não podíamos deixar de fazer este agradecimento aos nossos profissionais da imprensa e dizer a eles que na nossa avaliação eles contribuem muito para o bom andamento deste ou daquele governante.

Desejo muito sucesso aqui nesta Casa e nos locais de trabalho e que possam levar suas contribuições para toda sociedade paranaense!

Muito obrigado!

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tivemos hoje uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, da qual sou Presidente.

Recebemos aqui o Sr. Secretário de Segurança Fernando Delazari, que veio esclarecer alguns pontos com relação à sua Pasta.

Fizeram-se presentes nesta reunião os Deputados Rafael Greca, Francisco Bühner, Dobrandino da Silva, Mário Bradock, Antonio Anibelli, Arlete Caramês, Cida Borghetti e o representante da OAB-PR, Cleverson Marinho Teixeira, ex-Deputado Federal, que veio representando a Ordem pela Comissão de Direitos Humanos da OAB-PR.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, entendi, como Presidente da Comissão, que a audiência pública foi proveitosa, na medida em que esclareceu algumas coi-

sas que estavam lançando uma certa dúvida sobre a questão prisional nas cadeias públicas do Paraná.

Os presos da Capital custam ao Estado do Paraná sete reais por dia com a sua alimentação. São 3,50 reais cada “quentinha”, como disse o Secretário Delazari. Enquanto o preso no interior tem dois reais por dia para alimentação, tem o preso da Capital, sete.

Sete, aqui, para comer a “quentinha”, e dois no interior para comer a “friinha”. A diferença é de cinco reais dado ao tratamento da Capital em relação ao tratamento do preso das cadeias públicas do Paraná.

Com relação aos menores presos nas cadeias sendo lançado no mesmo ambiente com presos de alta periculosidade, o Sr. Secretário nos esclareceu que a responsabilidade passa a ser do Ministério Público, da Justiça, menos da Secretaria de Segurança.

Discordamos também, porque a custódia aos menores, a reeducação e a ressocialização deles é responsabilidade do Governo do Estado do Paraná, sendo o Poder Judiciário apenas quem imputa a pena ou o tipo de correção, ou de ressocialização que precisa ser dada.

Com relação à superlotação, entendo ser um dos assuntos mais sérios que o Paraná já viveu. Nós ouvimos do Sr. Secretário que, em trinta dias, estarão aí as celas modulares que servirão para atenderem estado de emergência, situações como a de Paranaguá, a de Pinhais e de outros Municípios ou Comarcas do Paraná, que estão com suas cadeias superlotadas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje foi sabatinado aqui, com base no artigo 54, inciso III da Constituição do Estado do Paraná, lá na Comissão de Direitos Humanos Cidadania e Direitos do Consumidor, o Sr. Secretário de Estado para Segurança Pública. Veio, fez as suas exposições, e nós, no final, estamos dando aqui uma síntese da situação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a V. Exa. um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Nós concedemos a Liderança da Oposição ao Deputado Scarpellini.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. tem mais dez minutos.

Passa a usar o Horário da Liderança da Oposição

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Então, sintetizando o que aconteceu na Comissão de Direitos Humanos Cidadania e Defesa do Consumidor, hoje, entendemos que houve alguns esclarecimentos e alguns avanços.

O Deputado Anibelli se incumbiu de trazer, para uma inspeção da cadeia de Paranaguá, o Sr. Secretário Para Assuntos de Justiça, na próxima semana.

Iremos a Paranaguá, o Deputado Anibelli ficou responsável por essa parte. Disse ele que vamos visitar a cadeia de Paranaguá e depois vamos comer um camarão, lá.

Eu tenho certeza que quem for lá na cadeia de Paranaguá vai ficar alguns dias sem comer, Deputado Antonio Anibelli, tamanha é a gravidade da situação por que passa aquela cadeia.

Nós tivemos certeza que o alto sentimento humanitário e cristão das pessoas que vivem nesta Assembléia e que representam o povo do Paraná, vão se sensibilizar por aquele estado de precariedade, de crueldade, que vivem aqueles presos, que ninguém vai querer comer camarão lá em Paranaguá!

Estou falando, isso é uma retórica, Deputado Anibelli, para poder dizer sobre a nossa ida lá, para marcarmos para segunda-feira ou terça-feira, esta viagem de emergência e de trabalho, porque assim pede o sentimento de quem conhece e viu aquele estado de precariedade que lá se encontra. Eu tenho certeza que nós vamos poder encontrar uma solução para aquelas pessoas, que lá estão encarceradas.

Com o aparte o Deputado Antonio Anibelli.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Só para dizer do trabalho que V. Exa. está fazendo, que eu discordo em parte, porque nós temos que cuidar da nossa segurança, da nossa cultura, das nossas crianças e, também, dos nossos encarcerados.

Nós não podemos dar vida boa para presos e condenados, porque senão um trabalhador que ganha R\$ 3000,00 reais, por mês, que trabalha de sol-a-sol, morando longe, pagando aluguel, pagando água, pagando luz, tem uma vida muito pior do que os encarcerados, os condenados. Talvez, existam muitos encarcerados que saem da penitenciária e querem voltar pelo tratamento que tem lá! Tem uma mordomia desgraçada! Porém, lá em Paranaguá, acredito em V. Exa., V. Exa. lá esteve.

A brincadeira do camarão era para que nós levássemos um Desembargador junto, um Juiz Corregedor, alguns Deputados, o Secretário de Segurança ou de Justiça, como fizemos na CPI do Porto, vamos *in loco*, ver a realidade. É claro que se V. Exa. nos convidar para ir almoçar com os presos nós iremos, porque estamos acostumados a respeitar e visitar presídios, principalmente na época da revolução, quando lá em União da Vitória prenderam companheiros nossos e dentro da Delegacia estávamos juntos. Quantos companheiros banidos, quantos companheiros expulsos deste País.

Então, o sentimento de V. Exa. é válido. A nossa brincadeira do camarão foi para motivar, talvez, até todos os Deputados que quisessem ir, o nosso Presidente da Assembléia que poderia ver também, ao lado do Desembargador, do Corregedor, do Juiz, dos Promotores, para

verem a realidade. Parabéns a V. Exa. e estou à sua disposição para fazer essa visita.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Obrigado, Deputado Anibelli!

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Solicito um aparte a V. Exa.

(Assentimento)

Deputado Scarpellini, amanhã, nós da Comissão de Fiscalização e Controle da Assembléia Legislativa, estaremos realizando uma audiência pública sobre o navio Vicuña, em Paranaguá, e vou estender o convite a todos os membros da Comissão de Fiscalização e Controle para que, também, possamos fazer uma visita *in loco* para ver de perto o que V. Exa. está relatando para o conjunto do Plenário desta Casa, quer dizer, mais uma vez, mais um grupo de Deputados irá visitar essa delegacia, esses prisioneiros e, certamente os membros da Comissão não vão medir esforços no sentido de ir lá e verificar *in loco* essa situação.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Deputado Neivo Beraldin, agradeço essa colocação feita por V. Exa.

Gostaria de saber o horário, porque quero estar lá na sua Comissão em Paranaguá, às 10h00 da manhã, para depois já poder ir acompanhá-los até a cadeia pública de Paranaguá e, para tanto, já vou comunicar ao Delegado que amanhã vamos lá para que possa ser constatada e medida lá *in loco* o que realmente é aquela situação.

Eu não insisto em medir esforços. Quero todos os esforços possíveis para poder levar pessoas para ver o que eu vi, porque é uma coisa inacreditável, é uma coisa indescritível! É uma situação que eu entendo da mais alta gravidade.

Quero colocar as coisas para que não fique nenhuma impressão que estamos querendo a impunidade das pessoas, de que estamos querendo dar tratamento melhor a quem está preso do que quem está fora, mas precisamos dar o mínimo de tratamento e de ressocialização para que esses presos possam, quando sair de lá, vir conviver em paz e harmonia com a sociedade.

Da maneira como esses presos estão sendo tratados, não vamos ter isso nunca!

A Sra. Elza Correia (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

Já fui da Comissão de Direitos Humanos, milito nos direitos humanos há muitos anos na cidade de Londrina, no Paraná e até no Brasil, em Conselhos, participei inclusive de conferências nacionais e internacionais para discutir essa questão. Então, a minha posição é a seguinte: não é porque é preso, que tem que ser tratado a ferro e fogo.

Fiz um pronunciamento, ontem, de que temos um sistema apodrecido, um sistema que não reabilita, um sistema que não reintegra, um sistema que forma PhD na bandidagem, na violência. Portanto, isso tudo tem que ser uma preocupação nossa. Não é porque está preso que tem que ser tratado com toda violência. Ele tem que pagar, ser punido por estar em conflito com a lei.

Londrina não é diferente de Paranaguá, barbaridades, e isso não é responsabilidade deste Governo e dos Secretários atuais; isso é uma bola de neve que há décadas vem sendo aumentada e ampliada no Brasil. Os investimentos para um tratamento digno, não fazem parte do processo, porque parte-se do princípio: algumas pessoas têm a convicção de que se está preso, tem que ser tratado a ferro e fogo. Sabemos que não é isso e queremos discutir a questão dos direitos humanos para todos: aos que estão em liberdade e aos encarcerados.

Entendo que o senhor coloca em fazer uma visita, que é importante, tem que se conhecer a realidade, ir lá, para tentar gestionar e fazer o que é possível.

Apenas acho que nessas visitas seria importante, Scarpellini, chegarmos de surpresa, porque se avisarmos que vamos, de repente pode ter um quadro diferente daquele de quando chegarmos de surpresa.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Eu até gostaria que fosse assim, Deputada Elza Correia. Lá se pode avisar, e mesmo que o delegado queira fazer alguma coisa para mudar aquilo, porque não tem nem espaço, não existe como fazer!

Por exemplo, o delegado disse assim: Scarpellini, você tem que ter uma máscara para entrar lá, porque senão você vai pegar tuberculose. O mau cheiro, o ambiente é tão pequeno, que não deve dar menos que um apartamento de 157m e tem 198 presos em um espaço desses. Não é concebível uma coisa daquelas! Por mais que você avise, por mais que o delegado queira fazer alguma coisa para mudar o cenário, ele não vai conseguir! Que bom se ele conseguisse, porque pelo menos daria algumas horas de alívio àquelas pessoas que estão naquela situação, que é pior do que o porão de navio negreiro, conforme eu já disse aqui anteriormente.

O Deputado Anibelli e a Deputada Elza, se puderem ir amanhã ou na semana que vem, vamos lá, Deputada Elza, a senhora é uma guerreira pela luta dos direitos humanos, a sua família, o seu pai, em Londrina, um homem de luta contra a ditadura!

Vamos lá todos juntos, Deputado Hermes da Fonseca!

É importante que haja um mutirão de pessoas querendo ver uma situação tão cruel, que eu pensei que só houvesse na época medieval!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Hermas Brandão, Sras. e Srs. Deputados, nós cobramos nesta Casa assuntos que entendemos que sejam relevantes à nossa região e ao nosso Estado. Às vezes somos contestados, com razão, porque esse é um Parlamento plural e assim é a democracia. Muitas vezes somos instados a tentar nos passar a informação, de que estaríamos equivocados.

O que eu digo hoje na Sessão, aqui, perante V. Exas., é que não precisamos “tapar o sol com a peneira”. Vamos tratar diretamente as questões, para tentar resolver os problemas, porque essa também é a nossa função. Vejo que talvez o meu pronunciamento possa até ter um tom político, mas quando a sociedade clama, temos que nos curvar diante disso e pelo menos respeitar esta mesma sociedade.

Hoje, o advogado criminalista André Salvador, de qualquer isenção política, está pedindo a interdição dos quatro Distritos Policiais da cidade de Londrina. A capacidade é para 134 detentos e hoje esses quatro DPs abrigam 427 presos, quase quatro vezes a capacidade normal. É uma proposta na tentativa de frear a entrada de novos presos dentro do sistema. Será que a sociedade está errada quando clama de uma maneira isenta como essa, por um socorro?

Lá os presos estão em situações subumanas e algumas doenças estão se alastrando entre eles, por conta justamente da superlotação. E há uma obra importantíssima para região, que é o Centro de Detenção Provisória, que foi assinada a ordem de serviço pelo Governador, que atenderia 960 presos de toda a região, que iria aplacar essa reivindicação urgentíssima da nossa cidade, mas essas obras estão paralisadas desde o início de março e estamos justamente aqui pedindo ao Governador que interceda e que faça essa obra novamente voltar a ser construída, inclusive protocolando nesta Casa um requerimento ao Secretário Luiz Dernizo Caron. E quando vemos isso? Em um momento de altíssima criminalidade em Londrina. Mesmo aqueles que querem proclamar que o fenômeno violência é geral, mundial até, nós vemos hoje que o IPEE, o Instituto de Pesquisas Econômicas, traz estampado nos jornais de circulação estadual que a cidade mais segura do Brasil, em termos de números de homicídios, é Maringá. Maringá que fica a cem quilômetros de Londrina, onde o risco de uma pessoa ser assassinada é de apenas 7,9%. E a segunda cidade mais segura do Brasil é Joinville, que tem exatamente a mesma população da cidade de Londrina. Por que será que Joinville é diferente de Londrina?

É claro que aí existem os aspectos sociais, que inferem para determinar esse número crescente de violência, mas enquanto Londrina teve o ano passado 184 pessoas assassinadas, Maringá teve 13. Até agora já foram 49 pessoas assassinadas na cidade de Londrina e é

justamente aí que nós entramos e pedimos a compreensão do Governo do Estado, porque Londrina precisa, mais do que nunca, dessa atenção, e é isso que estamos cobrando da tribuna na tarde de hoje, para que esses níveis de desigualdades sejam diminuídos e aí, é claro, precisa a intervenção do Estado.

Portanto, nós pedimos aqui ao Governo do Estado atenção à cidade de Londrina.

Finalizando, o Governador disse durante a campanha que atacaria a questão da segurança não apenas na consequência, mas na causa, que envolveria aspectos sociais da distribuição de renda, inclusive. E acho até que na época o candidato do PDT, o Senador Álvaro Dias, foi infeliz quando perguntado sobre a violência, porque dizia que no seu Governo a polícia atirava primeiro para perguntar depois. Creio que isso influenciou até mesmo na sua derrota. O Governador atual foi mais ponderado, disse que seria diferente e nós estamos cobrando isso dele agora: ações sociais para diminuir as desigualdades sociais, mas também, emergencialmente, a questão do Centro de Detenção Provisória, já que vemos, por exemplo, que aqui em São José dos Pinhais uma mesma obra está sendo realizada, foi iniciada em outubro, e queremos o mesmo tratamento.

Pedimos aqui, Deputado Anibelli, que V. Exa. possa interceder junto ao Governo para que essa obra seja reiniciada o mais rapidamente possível.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem e hoje acompanhamos nos meios de comunicação do nosso Estado do Paraná uma ação realizada pela Polícia Federal, Polícia Civil e pela Polícia Militar no Estado do Paraná, nominada de “março branco”, onde acompanhamos e vimos na cidade de Ponta Grossa a Justiça Federal pedindo os mandados de prisão a inúmeras pessoas que “fazem parte de uma milícia armada para proteger proprietários rurais no Estado do Paraná”.

Não estou aqui defendendo as pessoas que compõem “essa milícia armada”, mesmo conhecendo pelos meios de comunicação e alguns desses policiais que foram presos nessa ação que aconteceu no Estado do Paraná. Mas, o que mais me chama a atenção, é a necessidade que o produtor, o proprietário rural tem de contratar empresas privadas de segurança para poder proteger o seu patrimônio, para poder proteger a sua terra, de onde ele tira o sustento!

Nós temos visto no Estado do Paraná, no decorrer dos últimos anos, a ação feita pelo Movimento Sem-Terra. Um movimento que está implantado em todos os Estados da nossa Federação; movimento esse que invade propriedades particulares; que invade propriedades que estão cumprindo com a sua função social, propriedades produtivas.

E, por parte da Polícia, por parte das autoridades constituídas, por parte da Secretaria da Segurança Pública, em especial do Estado do Paraná, o que nós vemos? Uma morosidade muito grande quando o proprietário rural consegue a sua ordem de reintegração de posse, muitas vezes Sr. Presidente, demorando semanas, meses, dias e anos! E agora estamos vendo uma ação feita para apontar proprietários rurais dos Campos Gerais que estão vinculados à milícia armada.

Senhor Presidente, o senhor como proprietário rural, e vários outros Deputados aqui, também, sabe que as propriedades nos dias de hoje vivem uma insegurança porque de uma hora para outra nós estamos vendo essas invasões. E depois, para poder o proprietário ter novamente a sua propriedade, meses, anos demoram e prejuízos seriíssimos ali acontecem. Eu espero que a área de segurança pública do nosso País, a Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná dêem a segurança necessária para que os paranaenses que vivem no campo e produzem, possam dar continuidade ao seu trabalho, fazendo do Estado do Paraná um grande Estado exportador de grãos e fazendo com que a sua economia possa crescer mês a mês, dia a dia, ano a ano.

Nós vemos, Deputado Elio Rusch, empresas privadas, bancos, indústrias, algumas empresas de propriedade do Governo do Estado do Paraná contratar empresas privadas para fazerem a segurança do seu patrimônio. Nós andamos pelas ruas e vemos empresas privadas que prestam serviços com os guardas urbanos, protegendo as casas de assaltos, de ações de vândalos, de criminosos. E quando vemos o proprietário rural contratar uma empresa privada, quando nós vemos ações feitas pelo campo para se proteger da violência, o que nós vemos? Ações feitas por governantes para tentar, de uma forma tal, intimidar os proprietários rurais, e ao mesmo tempo mostrar ações como essas que lá foram feitas!

Repito, não estou defendendo essas pessoas, porque não sei exatamente a ação que eles praticavam, mas defendo, sim, a segurança na propriedade rural! E assim espero que as autoridades da Secretaria da Segurança, as Polícias utilizem o seu tempo também para proteger...

Passa a usar o Horário da Liderança do PFL

...os produtores rurais que estão à mercê da ação dos vândalos!

Dias atrás um proprietário foi morto a tiros na cidade de Ponta Grossa, por pessoas que foram roubar a

sua propriedade, sem contar mais de doze roubos que houveram, Deputado Bradock, e o senhor, como Delegado, conhece muito bem tudo isso que estou falando. Onze propriedades foram roubadas dentro da região dos Campos Gerais! E quero aqui dizer que, depois de um longo tempo, a polícia conseguiu prender alguns dos integrantes dessa quadrilha lá no município de Maringá de onde os tratores e equipamentos roubados eram levados para outros países e até mesmo para outros Estados.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Quero perguntar a V. Exa. se o senhor é a favor de que os fazendeiros tenham pessoas armadas para lhe defender nas fazendas, e V. Exa. que é fazendeiro, se nas suas terras, nas suas fazendas ali na região do Bom Sucesso, se alguma vez o senhor usou algum tipo de homem armado para defender as suas propriedades, principalmente ali na divisa com Bela Vista?

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Deputado Jocelito Canto, eu estou aqui em nome e na defesa dos proprietários rurais do Estado do Paraná e isto vou continuar fazendo, porque eu defendo terras produtivas, aquelas que produzem o arroz, o feijão, o milho para poder engordar o frango, para poder engordar os suínos! Eu protejo os exportadores de soja do nosso Estado, que fazem que o seu Governador, lá no Palácio Iguaçu, estufe o peito e se coloque como o grande Governador do Estado do Paraná, porque a economia do Paraná cresce, porque a agricultura do Paraná é uma agricultura pujante!

Meu amigo, tudo isso é possível por causa desses produtores que estão tendo as suas áreas invadidas, que estão tendo ações feitas por movimentos sociais, tentando fazer com que eles percam os patrimônios do qual ele vive.

O Sr. Elio Rusch (PFL)

Permite um aparte, Deputado?

Deputado Plauto, ouço com muita atenção o seu pronunciamento e dizer aqui da Assembléia Legislativa que a questão agrária do Estado do Paraná e do Brasil é grave! Grave porque o Governo, tanto o Estadual como o Federal não tomam uma medida mais enérgica para coibir exatamente esta situação caótica e de intranquilidade que vive o campo do Brasil.

Se não bastasse, o INCRA, em 2003, Deputado Plauto, ele vistoriou 177 propriedades rurais. Das 177 propriedades rurais vistoriadas, apenas quatro foram encaminhadas para desapropriação. Isto mostra, claro, que o Paraná não tem mais terras para serem desapropriadas e para serem colocadas à disposição para reforma agrária.

Agora, o que temos no Estado do Paraná? Temos quinze mil e trezentas famílias acampadas, esperando um pedaço de terra. Eu falo estes números, Deputado Plauto,

porque presidi a CPI da Reforma Agrária e o Deputado Bradock foi o nosso relator - já encerramos o nosso trabalho, um trabalho completo, ouvindo depoimentos, ouvindo fazendeiros, proprietários, pessoal do movimento e visitando *in loco* aquilo que está acontecendo.

E qual foi a nossa surpresa quando fizemos uma visita a duas ou três fazendas invadidas - a CPI foi impedida de entrar na invasão, na fazenda - e nós estávamos acompanhados pelo Ministério Público. O que nós vimos, pelos trabalhadores rurais, pelos integrantes do MST, todos com facão, machado e foice! Isto não é arma! Isto é ferramenta de trabalho para o MST!

Ora, se o MST e esses invasores que invadem a propriedade - se é improdutivo até mesmo admitir, mas não invasão! Essa terra pode ser usada para reforma agrária, mas invadir terra produtiva, não podemos conceber jamais, porque o direito de um termina aonde começa o direito do próximo e temos que respeitar exatamente a nossa legislação, porque se faz uma grande confusão, Deputado Plauto, com direito à propriedade e direito de propriedade! São duas coisas bem distintas e muitas vezes se confundem e se usa, muitas vezes, esse coitado, miserável, para engrossar as fileiras para estar no meio dos movimentos. Isso a CPI constatou pessoalmente.

Eu louvo a V. Exa. pela defesa intransigente que o senhor faz em favor da propriedade rural, em favor do setor produtivo do Estado do Paraná. Temos que tomar muito cuidado quando falamos em milícia armada ou não milícia armada, mas o que tem que ser respeitado, sim, é o direito de propriedade! Se existe o direito mais sagrado da pessoa é o direito de propriedade, aliás, isso está na Constituição também, isso tem que ser respeitado! Agora, fazer com que o proprietário da terra seja visto como um bandido, como um assassino, não é concebível! O Governo Federal e o Governo Estadual têm que tomar medidas e principalmente cumprir as decisões da Justiça, porque decisão da Justiça não se discute; cumpre-se!

E é isso que o Governo tem que fazer.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Agradeço, Deputado Elio.

Se nós analisarmos o Governador do Estado do Paraná, o Sr. Roberto Requião é conivente com o Movimento Sem-Terra! Quem não se lembra da ação que ele fez, mobilizando o MST para invadir as praças de pedágio do nosso Estado do Paraná?

E mais, falando agora do Presidente Lula, ele nesses dois anos de Governo perde para os dois primeiros anos do Governo Fernando Henrique Cardoso. Se você fizer uma comparação, aquele fez muito mais nos dois primeiros anos de Governo que este está fazendo pela reforma agrária no Brasil.

Concedo um aparte ao Deputado Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Plauto, agradeço o aparte.

Eu estava falando sobre esta questão social hoje pela manhã. É importante se ater a este problema porque o Brasil vai pagar muito caro por isso. Não podemos esquecer que o Presidente Lula se elegeu também em cima dessa bandeira e os movimentos sociais começam a perceber que foram enganados. A maior prova é o "Abril Vermelho" que está chegando, as invasões em proporções jamais ocorridas no Brasil. O que está acontecendo com isso?

O Movimento Sem-Terra está observando que foi enganado na eleição de Presidente da República porque o Lula para eles era um semideus e agora viram que foram enganados porque conseguem ter um Ministro tão incompetente, mas tão incompetente, que não consegue gastar os recursos do Ministério, no ano! E aí, o que acontece?

Eles diziam que o Presidente Fernando Henrique não queria a reforma agrária, não trabalhava em cima da questão da reforma agrária. E o que será que dizem agora quando eles, que são Governo, que ergueram esta bandeira e eram donos absolutos do movimento, hoje traem o Movimento dessa forma? O que eles estão querendo fazer agora? Aí o Governador Requião entra de corpo e alma nessa questão!

Eles estão querendo, na verdade, transformar os proprietários de terra nos culpados! Esta é a verdade da situação que nós vivemos! Não apenas no Paraná, mas estamos vivendo no Brasil! Quem é enganado, uma hora percebe e se revolta, e aí é que vem o grave problema social que o Brasil vai enfrentar!

Muito obrigado.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Era isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para informar a presença do Vereador Oliveira da Ambulância, lá de Colombo, do PHS.

Estive recentemente em Colombo numa homenagem e queríamos agradecer a presença do Vereador, que está fazendo uma parte social bem importante lá.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Queremos registrar também a presença dos Vereadores Aguinaldo Carvalho Guimarães, Silmara Aparecida Camilo, César Miguel dos Santos, Pedro Quirino dos Santos e Maria Sartori, de São Jorge do Ivaí, a pedido do Deputado Antônio Anibelli, e também do Vereador Oliveira da Ambulância, a pedido do Deputado Rafael Greca.

O SR. LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO (PSDB) (**Pela Ordem**)

Gostaria que se registrasse nos Anais da Casa a presença dos Vereadores de Nova Aurora, Wilson da Silva, Manoel da Silva, João Cavalcanti e Wilmar Abatt.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu faria um pronunciamento hoje, mas não encontro neste Plenário o Deputado Traiano.

Então, vou deixar o pronunciamento para outro dia, porque, necessariamente, para eu fazer o pronunciamento, gostaria de ter no plenário, até por respeito, o Deputado Traiano, mas acho que tem algum compromisso fora desta Casa ou quem sabe, esteja no seu gabinete, desça daqui a pouco, e aí eu poderei usar o Horário da Liderança do PTB, se V. Exa. permitir. Posteriormente quero conceder aparte ao Deputado Traiano, para tratar de um assunto que é de muito interesse meu e desta Casa.

Em razão disso, deixo de fazer o pronunciamento e lamento que o Deputado Plauto Miró não tenha respondido à minha pergunta. Perguntei-lhe - talvez ele ainda possa responder - apesar de eu não poder lhe dar aparte, porque é Pequeno Expediente. Perguntei se ele é favorável à questão do armamento das fazendas e se, como proprietário rural, proprietário de uma fazenda dentro do perímetro urbano de Ponta Grossa, já utilizou de milícias ou se já se utilizou de pessoas armadas para proteger suas terras na região de Bom Sucesso da Bela Vista, em Ponta Grossa.

Infelizmente ele não me respondeu. Eu tinha curiosidade de ouvi-lo, pois esta pergunta não tem nada de espetacular, mas gostaria de ouvi-lo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Elio Rusch; e depois, no Grande Expediente ao Deputado Neivo Beraldin.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (**Pela Ordem**)

O Deputado Jocelito grava tudo o que aqui se conversa, para botar lá na rádio, em Ponta Grossa.

Quero dizer que há questão de dois, três anos atrás, ele acabou orquestrando uma invasão nessas áreas, ele e um líder dele desse bairro, chamado Dallabona, e a Justiça concedeu uma reintegração de posse que foi cumprida depois de um determinado tempo, sem violência, sem nada, e essa questão de milícia armada é da "cuca" dele, pra ele gravar e botar na rádio lá em Ponta Grossa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tudo o que se fala aqui nesta Casa é público, não só lá na rádio de Ponta Grossa. O próprio Canal 21 está transmitindo.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sim, é público! Eu nem tenho usado. Antigamente eu até usava bastante.

Agora quem está fazendo isso é o Deputado Barbosa, que tem usado essa prerrogativa de mostrar o que fazemos aqui, bem ou mal, para o povo nos julgar.

Mas, o Deputado Plauto não respondeu à minha pergunta, mas falou em invasão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu sugeriria aos Deputados Jocelito e Plauto que, quando estivessem inscritos nos seus Horários de Liderança, pudessem debater o problema.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Só para concluir. Não existe nada disso, não existe ninguém armado. Armado, nunca houve! Existem, sim, pessoas que trabalham na propriedade e...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrado este assunto.

O Deputado Elio Rusch está com a palavra.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

O ato, a ação do Parlamentar certamente nesses episódios, o Deputado Jocelito deixa a desejar a todos os paranaenses.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. foi citado, por isso concedo-lhe, Pela Ordem.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

O Deputado Rossoni, desde quando se intitula professor de Deus? Para ser professor de Deus, tem que ser melhor do que Ele, e V. Exa., com esse seu pronunciamento tão pequeno, não consegue!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Elio Rusch, com a palavra.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na verdade o Deputado Jocelito, de todas as formas, quis, no pronunciamento que fez aqui na tribuna, no Pequeno Expediente, arrancar palavras do Plauto, que na verdade não existem.

Acho, Deputado Jocelito, que a “Escola do Professor Raimundo” é toda a terça-feira, de manhã! Aqui, não! Aqui, cada um é responsável pelos seus atos! Aqui, cada um faz e cada um responde pelos seus atos e não é o Deputado Jocelito que vem aqui na Assembléia querer questionar os Deputados em relação às suas atividades fora do Parlamento. Fora! Aqui todos os Deputados, até prova em contrário, cada um é responsável pelos seus atos!

Não queremos fazer aqui da tribuna das Sessões da Assembléia Legislativa, alguma inquisição pessoal. Jamais poderemos admitir isso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. O que me traz à tribuna no dia de hoje é com relação àquilo que vai acontecer na próxima sexta-feira, dia 8, na cidade de Palotina.

Depois que as cooperativas todas foram constituídas e com o apoio dos Governos e não deste, mas dos governos já no passado, elas se consolidaram e conseguiram fazer de suas empresas, de suas cooperativas um grande empreendimento e uma alavanca da economia de cada região do nosso Estado e, por que não dizer, do nosso País.

As cooperativas, Deputado Rossoni, contribuem, e muito, pela comercialização daquilo que o Paraná, o Brasil e a agricultura produzem. As cooperativas deixaram de ser um mero comprador e vendedor de cereais, mas partiram para a industrialização da nossa matéria-prima transformando-a em produto final.

Isso aconteceu mais precisamente nos últimos anos, quando o Governo passado aqui no Estado do Paraná, num passado não muito distante, incentivou exatamente através de incentivos fiscais, para que as empresas pudessem se estabelecer no Estado do Paraná, e principalmente a agro-indústria se estabeleceu no nosso Estado.

A Cooperativa C-Vale com sede na cidade de Palotina, vai inaugurar na sexta-feira, a sua ampliação da atividade industrial, ou seja, no frigorífico de aves.

Estará presente, havia confirmado a sua presença, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Em virtude do falecimento e do enterro do Papa, ele não estará presente, mas virá a Palotina, segundo informações que temos, o Vice-Presidente da República.

Para que fique registrado nos Anais da Assembléia Legislativa, Deputado Marcos Isfer, só queria citar um pequeno número, o que representa a Cooperativa de Palotina, a C-Vale. Apresentei um requerimento na Sessão de hoje, transmitindo um voto de reconhecimento, pelo trabalho dessa cooperativa.

(Lê o Requerimento nº 757, já publicado no Expediente)

Apenas estes números, que fazemos questão que fiquem registrados nos Anais da Assembléia Legislativa, para demonstrar que o Parlamento do Estado do Paraná sabe reconhecer quando as empresas investem e alancam exatamente a economia da nossa região. Seria isto.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Neivo Beraldin, por trinta minutos.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna nesta tarde, na condição de Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para relatar uma correspondência recebida do Poder Judiciário, Justiça do Trabalho, 9ª Região de Foz do Iguaçu.

Esta correspondência vem assinada por quatro juízes.

Francamente, acho que o Brasil, efetivamente está mudando. Vejam o que diz a correspondência:

(Lê):

“Como juízes que atuam nas Varas do Trabalho de Foz do Iguaçu, verificamos seguidamente que, em contratos de terceirização de serviços celebrados pela SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná, as empresas prestadoras não são suficientemente idôneas, ocasionando, em decorrência, dezenas, senão centenas de condenações da SANEPAR, na condição de empresa tomadora (Enunciado 331-TST).

Apenas para exemplificar, nos últimos três anos houve ações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados das seguintes empresas: Mercado Construções e Empreendimentos Ltda, Mercado Planejamento e Administração de Planos Urbanos Ltda, Construtora Rio Claro Ltda, Engrenagem Construções e Empreendimentos Ltda e EMPASESA Ltda. Estas duas últimas inclusive pertencem aos mesmos sócios (Lari Francisco Oltramari e Sandra Inês Prando Oltramari, ambos residentes em Cascavel-PR).

O que ocorre nos processos é sempre lamentável e se repete a cada nova prestadora contratada: no início, há até mesmo comparecimento em juízo e apresentação de defesa; com o passar do tempo, nem isto acontece e as revelias se multiplicam. Na fase de liquidação, raramente os cálculos são contestados (quanto isto acontece, a impugnação é da SANEPAR). Na fase de execução, tenta-se localizar primeiro a pessoa jurídica, depois os sócios da prestadora. Quando estes são encontrados, nunca possuem bens penhoráveis, o que resulta na previsível responsabilização da SANEPAR.

Assim, já foram liquidados praticamente todos os processos da empresa Mercado. Nas ações da Construtora Rio Claro Ltda, a execução está se voltando contra a SANEPAR. O destino das ações trabalhistas movidas em face da EMPASESA e da Engrenagem (que se encontram na fase de conhecimento) também é previsível...

Considerando-se que a SANEPAR é integrante da administração pública indireta do Estado, o que significa que há interesse público envolvido, solicitamos que essa Comissão examine os fatos ora narrados, os quais provavelmente se repetem em vários (senão todos) os municípios do Paraná, com evidentes prejuízos ao erário.

Encaminhamos, para exame mais detalhado, anexo ao presente, extratos obtidos de dados estatísticos do Serviço de Distribuição desta cidade, bem como cópia dos contratos sociais das empresas EMPASESA, Engrenagem e Rio Claro.

Atenciosamente,

(aa) LUIZ ANTONIO BERNARDO

Juiz Titular da 1ª V.T.

LUCIANE ROSENAU

Juíza Auxiliar da 1ª V.T.

NEIDE CONSOLATA FOLADOR

Juíza Titular da 2ª V.T.

FELIPE AUGUSTO M. CALVET

Juiz Auxiliar da 2ª V.T.”

A empresa EMPASESA foi constituída em 1º de abril de 1999, num valor de 300 mil reais de capital, só que, no contrato social, ela se obriga a se integralizar 280 mil reais até 2010.

Ela é vencedora de alguns serviços da SANEPAR e terceiriza os serviços e acaba não pagando os encargos sociais das pessoas que trabalharam para essas empresas e quem responde, solidariamente, é a SANEPAR.

Além do que é público e conhecido que duas empresas que prestam serviços e não recolham os encargos, a Mercado e a Maison.

A Comissão de Fiscalização por unanimidade remete uma correspondência assinada aos juízes. (**Lê correspondência**) “...Quer agradecer aos membros do Poder Judiciário do Paraná, representados de forma tão honrosa e meritória pelos Juízes da Justiça do Trabalho da 1ª e 2ª Vara do Trabalho de Foz do Iguaçu”.

Eles estão prestando um serviço à sociedade do Paraná como poucos, aliás, nesses vinte e poucos anos que ocupo cargo público parlamentar, nunca recebi uma informação oficial de quatro juízes que têm a responsabilidade e acompanham de perto as ações. Paranaenses, dignos homens públicos e indignados com a situação de omissão por parte da SANEPAR, e conhecedores de que a população não tem sequer o esgoto na frente da sua casa, ou não tem água tratada para sua saúde, e vê uma bandalheira como essa, desvio de dinheiro público.

Concedo um aparte ao Dobrandino da Silva.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Deputado Neivo Beraldin, não conheço toda essa denúncia com propriedade, mas digo o seguinte: lá em Foz do Iguaçu fui falar com a SANEPAR e conversei com o seu Presidente, aqui em Curitiba, Stênio Jacó, em função de algumas pessoas que trabalhavam em uma empresa terceirizada que não receberam. A SANEPAR

está segurando o pagamento dessa empresa está na Justiça uma ação trabalhista - e falou que não vai pagar sem que o Juiz mande primeiro pagar a ação trabalhista. Depois a empresa receberia o que sobraria.

Eu não sei qual das empresas, Deputado, mas de uma delas está seguro pela SANEPAR aquilo que lhe é devido receber, em função dessa ação trabalhista que vem dos funcionários, porque a empresa não os pagou. Então, imagino que não conheço as demais. Agora nós podemos fazer um ofício à SANEPAR, convidando-a para vir aqui esclarecer o total disso.

Imagino que a SANEPAR não irá cometer uma irresponsabilidade pagando à empresa que está trabalhando para ela, se esta não paga os funcionários.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Até porque para receber é preciso apresentar as certidões.

Estão vários processos de 2004, 2005. Aqui estão os contratos sociais remetidos pelos Juízes, que relatam um fato que isso, segundo eles, deve estar acontecendo em quase todos os Municípios do Paraná. Então, o que a Comissão deliberou? Envio de expediente ao Sr. Presidente da SANEPAR; enviar relação de todos os processos trabalhistas em que a SANEPAR figure; enviar cópia de inteiro teor de todos os contratos firmados com as empresas terceirizadas, sobretudo quanto aos processos trabalhistas que envolvem ainda a empresa Mercado Construções e aquelas que acabei de ler e começamos, então, a partir deste momento, um trabalho de passar esse assunto a limpo, porque não podemos aceitar que o dinheiro, fruto do imposto, porque aqui é Paranasan, é empréstimo, tem muito dinheiro do Paranasan; foi empréstimo que o Governo Estadual assumiu por conta da SANEPAR.

Essa situação, segundo o relato, vem de uma forma tão precisa que, eu não acredito, sinceramente, que quatro juízes titulares possam assinar um documento e encaminhar à Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa se eles não estivessem já com a paciência superesgotada em ver que, na hora em que ocorrem as audiências, a SANEPAR não se faz representar com o seu advogado ou poderíamos até imaginar que estaria havendo um conluio de empresas que não têm capital social e da SANEPAR passando-lhes contrato e, na hora, um acordo até como os advogados, que têm obrigação de defender o Estado.

Então, Srs. Deputados, era este o relato que me vi na obrigação de trazer à tribuna da Assembléia Legislativa, porque se trata de um assunto inédito. O Poder Judiciário está nos ajudando a investigar ou está nos dizendo: “vão em busca desse assunto que vocês vão encontrar quem está roubando dinheiro público”. Ora, audiência marcada, juiz espera as partes, não aparece a SANEPAR, não aparece o seu advogado; aparece só quem vai ganhar, aí, naturalmente, os juízes, em nome da decência e da ética enviam uma correspondência dessa magnitude à

Comissão de Fiscalização e Controle da Assembléia, que honrosamente presidimos e graças a Deus estamos tendo reconhecimento da sociedade, exatamente pelo comportamento persistente, na busca da verdade e da seriedade da coisa pública.

Eram estas as minhas considerações e espero que de parte do Governo, prontamente, venha a resposta.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Horário das Lideranças:

PP; PPS; PDT; PPS; PST; PT.

Concedo a palavra ao Deputado Elton Welter, por dez minutos.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Eu gostaria de registrar e agradecer a presença do Prefeito de Nova América da Colina, Sr. Alceste Iwanaga de Santana, o Tico; Ariel Nunes Araújo, Diretor Administrativo da Prefeitura; Pedro Santana, nosso amigo, Secretário Municipal aqui presente, e dos Vereadores Marino Yamashita, Rodrigo de Oliveira David e Amarildo Benedito de Oliveira.

Muito obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa registra e dá boas-vindas ao Prefeito e aos que estão lhe acompanhando.

Liderança do PT: Deputado Elton Carlos Welter

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Neivo Beraldin. O Brasil realmente está mudando. Eu, aqui nesta tribuna, usando o Horário da Liderança, falo com orgulho e satisfação, que as coisas mudam a passos lentos, mas estão mudando, quando aqui desta tribuna o Deputado Elio Rusch falava da C.VALE, que o Vice-Presidente José Alencar inaugurará na próxima sexta-feira a ampliação daquele complexo. Além da C.VALE, na região Oeste, Deputado Chico Noroeste - que está atento ao nosso discurso - a Sadia está querendo ampliar o abate de suínos em 35%. Recentemente, há um mês e meio atrás a COPAGRIL também inaugurou um abatedouro de aves, na cidade de Marechal Cândido Rondon, cidade do Deputado Elio Rusch. Por que isso está acontecendo, caros Deputados, caros Deputadas?

Porque o Governo do Presidente Lula, em parceria com a iniciativa privada, com as cooperativas, com o trabalho de exportação, das viagens do Lula, do Sr. "Aerolula", que tanto foi criticado tem conseguido vender bem o Brasil lá fora, exportar e gerar emprego e renda para o

povo brasileiro. Isso, naturalmente, não se faz em tão pouco tempo. Aliás, é quase considerado um milagre, na minha concepção. Estamos avançando, sim.

Só naquela região essas cooperativas têm tido dificuldades de contratar mão-de-obra e têm que buscar longe, nos distritos vizinhos. Na Sadia, de Toledo, precisam viajar alguns trabalhadores 70 quilômetros, para ir trabalhar. Estão tendo dificuldade de contratar gente. Isso é sinal de que a política econômica do Presidente Lula está sabendo vender bem o peixe lá fora.

Antes aqui eu também ouvia o Deputado Plauto Guimarães falando com relação às polícias armadas. Quero dar o testemunho de um membro da corporação da Polícia Federal, que me dizia também com orgulho que o Brasil está mudando. Ele dizia Deputado, nós da corporação da Polícia Federal temos o orgulho de trabalhar agora para esta instituição, porque as operações que começam agora, vão até o fim, nem que tenha que "cortar na carne", seja de quem for. Foi assim que aconteceu com o Prefeito D. que era do meu Partido. Não estamos aqui para proteger companheiro ou ninguém. A Polícia Federal deve ser independente, sempre.

Então, isso sim é sinal visível que as coisas estão mudando, e aqui no Paraná quero parabenizar o Chefe da Polícia Federal, José Saad, e também a ação em parceria com a Polícia Militar do Paraná, que deflagrou a prisão dessa milícia que estava organizada no Paraná. Então, isso dá sinais que o Estado está agindo em favor da maioria.

Concedo um aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Obrigada, Deputado Elton!

Apenas para corroborar com a sua afirmação.

Realmente há mudanças, e ontem mesmo tivemos a pronúncia do Juiz "Lalau", o famoso Juiz Lalau da condenação; tivemos a condenação também do ex-Presidente do Banco Central durante o período do Fernando Henrique Cardoso e estamos tendo uma série de ações da Polícia Federal e entre elas o que nos chamou a atenção foi a prisão, no dia de ontem, na operação "março branco", do Tenente-Coronel Valdir Copet Neves, que foi Comandante do Grupo Águia, grupo especial da Polícia Militar - durante todo o Governo Lerner foi comandante para despejar e reprimir os sem-terra no Estado. Ele mesmo segundo a imprensa, teve na sua casa apreendidos revólveres, espingardas, e a Polícia Federal, nesse papel que vem fazendo, cumpre aquilo que a Constituição determina.

Então, pelo que aconteceu no dia de ontem, pela primeira vez estamos vendo pessoas do alto escalão que durante tempos reprimiram os Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e que na segunda-feira queremos fazer uso para fazer um debate a respeito disso - também estão tendo por parte da Justiça aquilo que lhes é devido quando transgridem a lei.

Então, acredito que o senhor está correto, porque depois de longa trajetória de impunidade, a prisão que vimos é a reparação cabível na Justiça e para que tenhamos o bem da sociedade, o bem do Paraná, nós acreditamos que outras prisões ainda irão ocorrer, inclusive de pessoas que deliberadamente, durante o processo, quando deveriam ser imparciais, tomaram a Justiça como sendo um atributo seu, e fizeram-na com parcialidade.

Espero que isso continue e que possamos cada vez mais ter orgulho deste Governo e desta Polícia Federal.

A Sr. Luciana Rafagnin (PT)

Gostaria também de endossar as suas palavras, mesmo porque aqui ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Plauto, quando ele falava que não está ocorrendo a Reforma Agrária em nosso Estado ou em nosso País. Queria dizer que estamos trabalhando aqui, junto com o Governo Federal, acompanhando esse processo. Temos aqui no Estado do Paraná 19 milhões, 932 mil e 400 hectares e que têm registro no INCRA. Temos apenas 17 milhões, 284 mil 338 hectares. Isso significa que temos dois milhões de hectares que ainda não estão registrados no INCRA do Estado do Paraná!

Quando se fala de Reforma Agrária neste nosso Governo, nós entendemos que não é simplesmente você levar as famílias para uma área, mas sim, dar condições para que ela possa sobreviver nessa área, e o Governo Lula está levando, e até julho de 2005 teremos a “Luz para Todos”, em torno de 56 projetos de assentamento aqui no nosso Estado do Paraná - pessoas que estão lá, famílias que foram assentadas e que infelizmente não podiam contar com a luz, e também a questão da água, de estradas. Isso é dar condições para que as famílias possam permanecer na área, terem condições de sobreviver nessa área.

Então, o projeto de reforma agrária não é simplesmente assentar as famílias, mas também dar-lhes condições para que permaneçam nessa área e possam produzir. Entendemos que o processo de reforma agrária está acontecendo. Nós também temos aqui no Paraná, cerca de 25% das áreas do nosso Estado impedidas de terem a reforma agrária, porque falta ratificação dessas áreas - são áreas de faixa de fronteiras.

Então, isso tudo está sendo estudado pelo INCRA, o seu Superintendente, Celso Lacerda, tem trabalhado muito neste sentido e esperamos que até o final deste ano consigamos atingir a meta planejada de assentamentos aqui no nosso Estado do Paraná. Temos a certeza que as pessoas que estão sendo assentadas, todas elas estão recebendo benfeitorias, recebendo condições de não ter o seu lote, mas sim de produzir e viver bem com a sua família.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT)

Eu quero endossar as palavras da Deputada Luciana. Deputado Tadeu, eu agradeço o aparte, e quero dizer,

Deputada Luciana, que me aparteou, o INCRA, Deputado Plauto Miró, estava sucateado.

O Governo Federal está contratando por concurso público, estruturando o INCRA, e isso não se faz de uma hora para outra; está criando condições estruturais como política pública do Estado para este Governo, para outros Governos, para que o INCRA possa realmente fazer o seu papel e concluir o seu papel de colonizador e fazer a reforma agrária.

A reforma agrária está sendo feita da seguinte forma, caros Deputados; foi já triplicado o recurso para a agricultura familiar neste País, recursos para o PRONAF. Aqui no Paraná foi criado o Fundo de Aval, foi flexibilizada a criação de pequenas agroindústrias, foi criada a compra antecipada dos produtos para atender, comprar lá do pequeno agricultor e fornecer para o Fome Zero. Foi criado um programa onde os assentamentos que são feitos têm a garantia de assistência técnica: é a garantia de que, se for feito, vai ser executado e vai funcionar, e aquele que for assentado vai continuar na propriedade. Isso, sim, é política para a reforma agrária que funciona de fato! Infelizmente, o Governo anterior não criou condições estruturais para fazer a reforma agrária que tantos sonharam e que nós sonhamos, e acreditamos piamente. Agora, com certeza, absoluta, o Governo Federal tem priorizado as questões sociais deste País.

Em parceria aqui no Estado, também tem dialogado permanentemente com o setor produtivo do País e sabe o quanto é sério no sentido de conduzir o País a uma das melhores economias do Mundo.

Eu tenho convicção que o Brasil está no caminho certo, que a liderança que hoje toca este País com uma infinidade de partidos aliados, através do Presidente Lula, está no caminho certo, e de fato este País já é um dos melhores países do Mundo e vai ser uma das melhores economias deste Planeta.

Não demorará mais que uma década, tenho ciência disso.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, só para afirmar aqui, eu escutei claramente, não estava aqui dentro do Plenário, estava aqui na sala ao lado, essa questão que o Brasil mudou. Mudou tanto que o Valdomiro Diniz braço direito do José Dirceu, está solto!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Liderança do PSDB.

Com a palavra o Deputado Francisco Bühner.

Liderança do PSDB: Deputado Francisco Bühner

O SR. FRANCISCO BÜHRER

Só gostaria de informar que o Líder do PSDB, nosso amigo Ademar Traiano, com o seu consentimento, estamos usando o Horário da Liderança.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Nós estamos usando a tribuna desta Casa para comentar sobre a questão da segurança pública do nosso Estado, especialmente em São José dos Pinhais. Quando o nosso amigo Barbosa Neto estava falando que a Revista Época, fez uma pesquisa em todo o nosso Brasil, ficamos felizes por ter Maringá em primeiro lugar como a cidade mais segura do nosso Brasil, onde temos o nosso Nishimori, a Deputada Cida. Ponta Grossa também está entre as vinte cidades mais seguras do nosso Brasil. E, nas vinte piores, não tem nenhuma do Estado do Paraná. A nossa preocupação é que a cidade que hoje tem mais riscos de homicídios, entre cem mil habitantes, é Serra em Espírito Santo, com noventa e sete pontos, meia dois. Em Serra, com a instalação da siderúrgica, a população de Serra nove mil para duzentos mil habitantes.

Aí vem a minha preocupação com a nossa cidade de São José dos Pinhais. Sem dúvida nenhuma, com o avanço, com o crescimento da população, com novas empresas, muita gente tem vindo para São José dos Pinhais. Cresce dia-a-dia a violência na nossa cidade. É um dos maiores números de roubo de carro, de homicídios, é um dos maiores números da violência dos bairros, de assalto à mão armada e até mesmo nosso interior, que é uma colônia, as colônias têm dificuldade, estão sendo assaltadas e roubadas. Colônia Malhada, no domingo à noite uma família foi assaltada na Colônia Murici aonde levaram o carro, acabaram batendo no proprietário da casa.

E aí vem a dificuldade. Tem uma delegacia que comporta trinta presos, no máximo; hoje está com 180 presos. Temos na cidade de São José dos Pinhais, além do aeroporto Afonso Pena, grandes empresas como a Audi, a Renault, e temos o 17º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná, só que ele atende quatro municípios: Tijucas do Sul, São José dos Pinhais, Piraquara e Pinhais.

Domingo recebi à noite mais de três, quatro telefonemas: “Francisco, socorro, Deputado, assaltaram minha casa. Liguei para a polícia que até agora não chegou. Liguei para a delegacia e tinha três agentes que falaram: se sairmos daqui, fogem todos os presos. Liguei para a Polícia Militar: Deputado, temos uma viatura trabalhando neste momento e dez ocorrências!” O que vamos falar para a nossa comunidade de São José dos Pinhais?

Não estou aqui criticando o Governo do Estado, do qual faço parte de apoio, como Deputado, sempre votando seus projetos, tendo um bom diálogo com o Governador. Entendo a preocupação do Governo do Estado - tem procurado fazer os seus esforços, as questões não vêm de agora, não adianta nos enganarmos, mas precisa encarar a situação de frente. Não podemos mais viver neste momento.

Cumprimentei agora há pouco o nosso amigo Scarpellini pela ação desenvolvida. Cabe a nós Deputados estaduais, cabe ao Governo através das suas Secretarias, cabe à nossa Justiça, cabe aos nossos Promotores, cabe aos Prefeitos Municipais, cabe aos Vereadores, cabe a toda a nossa população do bem, enfrentar esta situação de frente, porque vamos enfrentar uma situação muito mais difícil.

Hoje acontece com o morador, por mais simples que seja, está sendo assaltado até para se levar o seu tênis ou por muito pouca coisa. Há poucos dias em São José dos Pinhais um jovem, a relíquia que ele tinha era uma moto e para defender esta moto ele fugiu e foi parar na sua casa - na porta da sua casa ele foi morto com cinco tiros para levarem a sua moto.

Inúmeros fatos no dia-a-dia. Minha esposa, no sábado à noite, sábado passado, na farmácia, dez horas da noite, agradeço a Deus que nada aconteceu com ela. Só levaram o carro, à mão armada. Ela não entendeu que era um assalto, porque ele falava muito baixo, ele agrediu, empurrou, tomou a chave e levou o carro. Mas, graças a Deus, ela está hoje em casa e continua cuidando de nossos filhos. Mas não é só porque é esposa de Deputado. Quantos jovens, quantos seres humanos, e não é só nas classes ricas ou médias; a classe pobre está sendo também assaltada por delinquentes.

Precisamos, como falei, louvar aquilo que está se fazendo de bom e eu quero destacar a preocupação do Dr. Aldo Parzianello, Secretário da Justiça, porque ele criou, para resolver a questão, o Centro de Detenção Provisório. Estive conversando com ele e com quem entende de Segurança Pública, os nossos juízes de São José dos Pinhais, nossos promotores, o Conselho de Segurança Pública de São José dos Pinhais e eles falavam: “Francisco, reivindique junto ao Governo do Estado uma casa de custódia, que hoje se chama Centro de Detenção Provisório”. E nós reivindicamos junto ao Governo do Estado que determinou à Secretaria que fizesse no Município de São José dos Pinhais. A obra foi iniciada em novembro do ano passado. Sofri um ataque pessoal na cidade, dizendo: “Deputado, está trazendo para o nosso Município de São José dos Pinhais, cadeião!” E até mesmo aqueles que dizem que são do lado do Governador soltaram panfletos, colocaram outdoors na cidade. O que eles querem que se faça com aqueles delinquentes, marginais, com aqueles que precisam ter um lugar para pagar a sua pena?

Enfrentamos e defendemos em todos os sentidos que era necessário ser construído em São José dos Pinhais esse Centro. Por que é necessário? Porque no Centro de Detenção Provisório o preso fica no período que está em fase de julgamento, e ele tem que ficar próximo da sua Comarca, do Fórum. Ele não pode ficar longe porque tem que ir e voltar; se ficar muito longe ocupa mais gente para o seu deslocamento até o Fórum.

Tínhamos até muito mais coisas para falar, mas eu quero dizer que há pouco tive oportunidade de reclamar como Secretário da Segurança Pública, Dr. Luiz Fernando Delazzari. No meu ponto de vista ele tem deixado a desejar como Secretário da Segurança Pública no Estado do Paraná, porque muitas vezes pedimos audiência, a Câmara Municipal de São José dos Pinhais que, através do Prefeito, criou a Secretaria da Segurança Pública e está criando a Guarda Municipal; queria, com parceria do Governo do Estado através da Secretaria da Segurança Pública do Estado, conversar, e há trinta dias estou pedindo audiência e eles não nos deram a oportunidade dessa conversa.

Não dá! A Segurança Pública tem que ser imediata, tem que ter ação, não basta só o Governador querer, ele tem que ser equipe, tem que criar alternativas e tem que ter gente que ajude a fazer com que este Estado cada vez seja melhor em termos de Segurança Pública e a nossa preocupação é que nossas cidades, que crescem como São José dos Pinhais, não tenham - com risco de 97.2 - risco de serem assaltados.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

A pedido do Deputado Luiz Nishimori, queremos registrar a presença do Prefeito de Ângulo, Sr. José Manuel de Campos.

No Horário da Liderança do PMDB, Deputada Elza Correia.

Liderança do PMDB: Deputada Elza Correia

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres companheiros e companheiras. Primeiro quero somar-me à fala do companheiro Dobrandino que cumprimenta aos jornalistas, repórteres da televisão, rádio, jornais de todo Estado - amanhã é Dia do Jornalista - mas muito em especial o pessoal que trabalha conosco aqui, dando cobertura, informando as nossas ações aqui na Assembleia Legislativa. Meus cumprimentos a esses importantes trabalhadores da imprensa.

Queria hoje dizer que temos uma ótima notícia. Apesar de as notícias boas do nosso Governo não repercutirem de forma global, percebemos que, por mais que o Governo faça, existem sempre os contestadores de plantão, na tentativa sistemática, permanente, de tentar dizer que o Governo não faz pelo povo do Paraná, o que não é verdade. Temos várias ações importantes, fundamentais, do ponto de vista de garantir os direitos de cidadania, direitos humanos e melhorar a qualidade de vida da população do Paraná.

Aqui na Assembleia Legislativa nós criamos, propusemos e foi aprovada pelos companheiros uma Comissão de Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, porque entendemos que esse é um tema de interesse naci-

onal. O mundo inteiro está discutindo essa questão. É importante que uma Assembleia de um Estado avançado e referência, como é o Estado do Paraná, tivesse uma Comissão dessa natureza, para discutir a questão da cidadania, dos direitos humanos, inclusive com as suas especificidades, que é a questão da mulher, das crianças e dos adolescentes e dentro da Secretaria da Educação o Secretário Maurício Requião sempre foi e tem demonstrado isso através de suas ações, um Secretário extremamente sensível com a questão da educação, com a melhoria de condições dos trabalhadores da educação.

Estamos discutindo agora um plano de cargos para os funcionários da Educação, não só os professores mas existe uma comissão técnica constituída pela Secretaria para discutir um plano de integração de uma relação mais humanizada e mais completa dos trabalhadores da educação, não só dos professores, mas da merendeira, dos trabalhadores de vários setores administrativos de dentro de uma escola, porque se nós falarmos em educação, é preciso que aquela pessoa que trabalha na educação e que aquela pessoa que serve a merenda, tenha a concepção de educação como uma coisa abrangente, uma coisa global e que esteja imbuída desse projeto de crescimento e desenvolvimento da criança como um todo.

Então, isso e outras ações, o Governo vem fazendo, através da Secretaria da Educação, quando discutimos o Plano de Cargos dos Professores, a questão dos professores especiais que atendem crianças portadoras de necessidades especiais. Com a nossa intervenção acabou ficando 50% de acréscimo, de abono dos professores que trabalham com essas crianças, por entendermos a especificidade e a dificuldade que é trabalhar com a criança portadora das necessidades especiais, mas o que aqueles professores queriam e desejavam era o concurso público. Isso, sim, é que dignificaria e iria de encontro à necessidade dos professores.

Isso aconteceu, a Secretaria de Estado da Educação iniciou esta semana a contratação de 2212 professores que foram aprovados nesse recente concurso e a maioria desses professores já trabalhava na área de educação especial. Já estavam preparados e vão continuar trabalhando na área da educação de uma forma muito mais efetiva, com estabilidade, porque não mais serão professores através de convênio, mas professores concursados, e isso dá um patamar de segurança e de estabilidade grande a esses professores. Na minha avaliação, esta é uma ótima notícia.

Há muito tempo, no Governo anterior, como Vereadora e como Secretária da Mulher, de Londrina, fizemos várias gestões, participamos de inúmeras reuniões na tentativa de sensibilizar o Governador Jaime Lerner em relação aos professores que atendem crianças portadoras de necessidades especiais, sem sucesso, e agora temos esse problema resolvido e esses professores terão os mesmos direitos garantidos dos professores da escola formal. Ao todo devem ser contratados 16.621 docentes do Estado, após a assinatura de novos decretos; isso dentro de um

processo, mas esses 2212 professores que serão contratados imediatamente, sem dúvida nenhuma vão fazer, companheiro Dobrandino, toda a diferença!

Se não é fácil trabalhar com crianças que não são portadoras de necessidades especiais, podemos triplicar, elevar à milésima potência a dificuldade que o professor tem para trabalhar com a criança portadora de Síndrome de Down, de paralisia cerebral ou de uma outra questão dessa natureza.

Estou considerando essa uma grande e importante notícia, me deixou super feliz e recebi vários telefonemas, e-mails de professores que sabiam da nossa preocupação, cumprimentando o Governo por essa iniciativa.

Em Londrina serão 136 professores contratados imediatamente e, isso realmente é uma grande ajuda. A diferença, portanto, dos professores do ensino especial, dos professores do ensino básico é toda uma formação especializada, diferenciada, de uma capacitação sistemática e permanente que ele deve receber. Isso também estará sendo garantido pela Secretaria da Educação e, esse currículo especial já está sendo discutido, está sendo preparado pelo Secretário e seus técnicos, para que esses educandos, esses alunos, encontrem, dentro da sua formação para ser um cidadão crítico, toda essa gama de atendimentos individualizados

Considero importante colocar isso aqui, porque é uma demonstração clara, inequívoca de interesse deste Governo com relação à educação de um modo geral, e muito especialmente em relação à Educação Especial.

Aliás, sempre que falo com o Secretário Maurício Requião, ele deixa claro que o Estado nada mais está fazendo do que respeitar o que já está consignado na Constituição Federal, que é o direito a todos, muito especial às crianças portadoras de necessidades especiais.

É evidente que teremos ainda vários problemas. Temos ainda a questão desse Programa Federal de Inclusão adotada no ensino público no Brasil, que é nas escolas não convencionais colocar as crianças portadoras de necessidades especiais. Chegam a nós vários problemas dessas crianças em algumas escolas, colocando inclusive, que algumas têm dificuldade de se alimentar e, não têm na escola que as alimente. A mãe tem que vir na hora da merenda, para que essa criança seja alimentada.

Todos os problemas estão sendo devidamente resolvidos. Chegam na Secretaria, rapidamente o Secretário intervém para que as crianças tenham efetivamente ensino de qualidade e garantia dos seus direitos.

Fiz questão absoluta de colocar isso aqui, porque esse é o nosso papel. Temos que estar atentos a essas inovações, a essas leis, essas posições do Governo que vêm de encontro com a cidadania, que muitas vezes “passa batido” por alguns que realmente não têm interesse em valorizar essas ações que são fundamentais na vida de todos, mas muito especialmente numa família que tem uma criança portadora de necessidade especial.

Era esse o registro, Sr. Presidente, nobres companheiros, que eu gostaria de fazer. Acho que foi um avanço importante entre outros que ainda, tenho certeza absoluta, virão nessa área.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Liderança do Governo.

(**Declina**)

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Arlete Caramês, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 760, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 07 de abril (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que proíbe a cobrança de taxa bancária para o pagamento de aluguel por parte da Administradoras de Imóveis situadas no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a Emenda da CCJ.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 447/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que institui o Dia do Frentista no Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 066/2005, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Associação Bibi Meireles - Lar Mãe de Misericórdia, com sede e foro no Município de Campo Largo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 079/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de São Manoel, com sede e foro no Município de Santa Maria do Oeste. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 084/2005, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública a ABESTI - Associação Beneficente e Evangélica de Santa terezinha de Itaipu, com sede e foro no Município de Santa Terezinha de Itaipu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 032/2005, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação Mourãoense de Portadores de Deficiências Físicas de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2005, de 21.02.2005)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 32/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação Mourãoense de Portadores de Deficiência Física, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.598/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Sessões, em 29.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 033/2005, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Visuais de Campo Mourão - ADEVICAMPO, com sede e foro na Cidade e Comarca de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2005, de 21.02.2005)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 33/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação Mourãoense de Deficientes Visuais, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8598/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Sessões, em 29.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 046/2005, de autoria do Deputado André Vargas, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores das Vilas Colombo I e II e Jardim Independência, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/2005, de 23.02.2005)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 46/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado André Vargas, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores das Vilas Colombo I e II e Jardim Independência, com sede no Município de Barra Bonita e foro no Município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8598/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Sessões, em 29.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 050/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica, que dispõe sobre alterações à Legislação do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS nas operações interestaduais com mercadorias destinadas a empresa de Construção Civil. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. (Publ. no DA nº 004/2005, de 23.02.2005)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 50/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Natálio Stica, objetiva em síntese introduzir alteração na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, estabelecendo que nas saídas interestaduais de mercadorias destinadas a empresa de construção civil inscrita no cadastro de contribuintes do ICMS da unidade federada de destino aplica-se a alíquota interestadual, convalidando tal entendimento para as operações realizadas no período compreendido entre 22.08.89 a 28.04.2003.

Passamos então a analisar a sua constitucionalidade que, preliminarmente, encontra-se circunscrita ao disposto nos incisos IV e VII, parágrafo 2º, inciso II do artigo 155 da Constituição Federal:

“Art. 155 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se realizem no exterior:

...

§ 2º O imposto previsto no inciso II, atenderá ao seguinte:

...

IV - resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores,

aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação:

...

VII - em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, editar-se-á:

a) a alíquota interestadual, quando o destinatário for contribuinte do imposto:

b) a alíquota interna, quando o destinatário não for contribuinte dele;”

Em atendimento ao previsto na Constituição Federal, houve a edição da Resolução do Senado nº 22, de 19 de maio de 1989, que em seu artigo 1º estabelece que:

“Art. 1º A alíquota do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, nas operações e prestações interestaduais será de doze por cento.

Parágrafo Único. Nas operações e prestações realizadas nas Regiões Sul e Sudeste, destinadas às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e ao Estado do Espírito Santo, as alíquotas são:

I - em 1989, oito por cento;

II - a partir de 1990, sete por cento.”

Portanto, a regra constitucional é que nas operações interestaduais, cujo destinatário seja contribuinte do imposto, deve ser aplicada a alíquota interestadual (7% ou 12% de acordo com o Estado de destino), e quando o destinatário não for contribuinte do imposto, deve ser aplicada a alíquota interna (no Paraná, a alíquota geral é de 18%).

Assim, para a correta análise da constitucionalidade do projeto de lei em apreço, faz-se necessário verificar a legislação aplicável às empresas de construção civil.

A Lei Complementar Federal nº 87/96 (a chamada “Lei Kandir”) que disciplina o ICMS em âmbito nacional, estabelece em seu artigo 2º incisos IV e V:

“Art 2º O imposto incide sobre:

...

IV - fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

V - fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.”

A lista de Serviços anexa à Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, de competência dos Municípios, estabelece em seus subitens 7.02 e 7.05 que se sujeitam ao ISS.

“7.02. Execução por administração empreitada ou subempreitada de obras de construção civil, hidráulica ou

elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

...

7.05. Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços que fica sujeito ao ICMS).”

Desta forma, para que a execução de construção civil não se sujeite ao ICMS é necessário o cumprimento cumulativo dos seguintes requisitos: a) o fornecimento da mercadoria deve ser decorrente de um contrato de administração, empreitada ou subempreitada; b) o serviço executado deve caracterizar-se como de engenharia civil; c) não ocorra o fornecimento de mercadoria produzida pelo prestador do serviço fora do local da prestação dos serviços; d) realização dos serviços sob responsabilidade de profissional devidamente habilitado.

Portanto, as empresas de construção civil que fornecem mercadorias por elas produzidas fora do local da prestação dos serviços estão sujeitas ao ICMS e, por serem contribuintes do tributo estadual, encontram-se inscritas no cadastro estadual do referido tributo, devendo nas operações interestaduais, serem-lhe aplicáveis as alíquotas interestaduais.

Assim, em atenção às disposições constitucionais que regem a matéria objeto do Projeto de Lei em apreço, incisos IV e VII, parágrafo 2º, inciso II do artigo 155 da Constituição Federal, concluo pela sua constitucionalidade.

É o parecer que submeto à apreciação da CCJ.

Sala das Comissões, em 22.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 050/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei de iniciativa do Deputado Natálio Stica dispõe sobre alterações à Legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS nas operações interestaduais com mercadorias destinadas a empresas de construção civil.

A finalidade desta medida é alterar a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS, estabelecendo que nas saídas interestaduais de mercadorias destinadas a empresa de construção civil inscrita no cadastro de contribuintes do ICMS da unidade federada

de destino aplica-se a alíquota interestadual, convalidando tal entendimento para as operações realizadas no período compreendido entre 22/08/1989 a 28/04/2003.

Voto do Relator e Fundamentação

O objetivo deste projeto de lei é esclarecer a questão das alíquotas de ICMS aplicáveis às operações interestaduais em que o destinatário seja empresa prestadora de serviços de construção civil.

No artigo 14 da Lei 11.580/96 o parágrafo 3º é o mesmo em vigor no artigo 285 do regulamento do ICMS. Nos artigos 2º e 3º tratam de regularizar em definitivo a questão do ICMS e cancelar as exigências fiscais na Legislação Estadual.

A proposta do nobre Deputado Natálio Stica, sem dúvida irá beneficiar e corrigir o problema da situação fiscal no Estado aplicando-se alíquota interestadual na saída de mercadorias para empresas de construção civil inscrita no cadastro de contribuintes do ICMS da unidade federada de destino. Convalidando empresas paranaenses que tenham aplicado as alíquotas interestaduais previstas na legislação do ICMS no período entre 22/08/89 (data de vigência ICMS 71/89) a 28/04/03 (data da vigência ICMS 36/03), firmados pelo Conselho de Política Fazendária - CONFAZ.

Conclusão

Pelo exposto, opino pelo parecer favorável ao Projeto de Lei nº 050/2005, de iniciativa do Deputado Natálio Stica, no que se refere à Comissão de Finanças.

Sala das Comissões, em 30.03.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Em votação.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Eu solicitaria ao Deputado Natálio Stica, autor do projeto, para esclarecer ao Plenário qual o impacto que este projeto traz e a que se refere, exatamente, o projeto. Solicitei ao ex-Líder do Governo, Natálio Stica, para que pudéssemos discutir o projeto e saber se há uma relação de empresas que se beneficiam ou não, se há impacto ou não, se é compra entre Estados.

Solicitei ao Deputado Natálio Stica se era possível retirar, e segundo o Deputado Stica, não é possível retirá-lo por uma Sessão. Então, para que a Assembléia saiba, exatamente, do que se trata.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Para discutir, com a palavra o Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Este projeto visa corrigir uma injustiça no Estado do Paraná feita com empresários ou empresas que agiram com seriedade, no rigor da lei.

O Estado do Paraná foi o único Estado da Federação brasileira que teve a carga tributária de impostos em

alguns setores, em especial o setor de construção civil, cobrando uma alíquota diferenciada do restante dos Estados brasileiros.

Enquanto nos demais Estados se cobrava 12%, no Paraná cobrava-se 18%.

Isto fez com que tivéssemos uma evasão de divisa por dois pontos. Primeiro, empresários paranaenses indo para São Paulo buscar produtos para construção no Paraná. Segundo, alguns maus empresários, na tentativa de não fazer o pagamento desta alíquota, sonhando, usando nota de uma carga de São Paulo.

O pior de tudo é o produto comprado especialmente em São Paulo e trazido para o Paraná.

Isto já foi solucionado. Um decreto do Governo já resolveu. A alíquota é igual para todos, numa demonstração de justiça. Porém, ficou uma pendência de um tempo passado, onde as empresas que agiram com seriedade e dentro da lei estão sendo penalizadas, em detrimento daquela que agiram de má fé. Esta pendência perdura até hoje, inclusive com ações na justiça.

O Governo do Estado deseja acertar definitivamente esta questão. Conversando com a Secretaria da Fazenda, eles me assessoraram neste projeto que vem, em definitivo, resolver o problema do Estado do Paraná.

Portanto, gostaria que esse projeto fosse votado, já que não temos mais alíquota diferente. E ele apenas vem corrigir uma defasagem do passado. A justificativa que está na Ordem do Dia e pode ser lida pelos senhores Deputados até a 2ª Sessão, traz todas as explicações.

Muito obrigado!

O SR. TADEU VENERI (PT)

Deputado Natálio Stica, há uma relação de quais empresas poderiam vir estar contempladas nesse projeto? Isso gera crédito tributário e se o Estado terá que repor esses valores a essas empresas?

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Não sei se tem uma ou mais empresas, até porque não me preocupei em saber quais empresas. Preocupei-me em acertar uma pendência para as empresas do Paraná que foram penalizadas pela lei e vontade do próprio Governador.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Como não tivemos uma relação de impacto, como prevê a Lei 101, ficamos um pouco prejudicados, pois não sabemos qual o valor.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Proponho a V. Exa. e ao autor do projeto, que votássemos a constitucionalidade. E, até segunda-feira, o Deputado Natálio Stica conseguiria essas informações para prestar aqui nesta Casa.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Confesso que não me aprofundei nessa matéria, mas vejo aqui que é uma lei que retroage a 1998.

Logo, quem comprou em São Paulo e pagou 18% terá crédito tributário que o Governo terá que conceder. O Estado terá que devolver, se a lei retroage, multa; mas não há condições. Como que São Paulo cobrava doze e aqui dezoito, se em matéria de ICMS há de ter unanimidade do CONFÁS que são exatamente os agentes fazendários de todo o País?

Eu acho que a preocupação do Deputado Tadeu Veneri é pertinente porque pode causar um impacto. Nada contra as empresas que eventualmente sejam beneficiadas e até poderão ter direito e razão, mas precisamos conhecer o impacto que traz essa matéria porque ela é retroativa à lei, retroativa a 98, à Lei 11.580 que, naquela época, essa lei versava exatamente sobre matéria de ICMS.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente.

Eu conversei com a Secretaria da Fazenda, com o Secretário, a respeito desse assunto e ele nos disse que, na verdade, era benéfico para o Governo, é de interesse do Governo e pediram que encaminhasse a aprovação, aqui, na Assembléia.

Está claro no artigo 4º: “A aplicação desta lei não autoriza restituição de impostos já pagos”. Está muito claro aqui na lei. Então, na verdade, nesse aspecto não deixa dúvida.

Queria encaminhar pedindo aos Deputados que nos ajudem na aprovação desta lei, que é de interesse do Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encerrada a discussão do Item nº 09. Em votação.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Declaração de Voto**)

Sr. Presidente.

A Bancada votou a favor do projeto. Agora, fica aqui a solicitação para que o seu autor, Deputado Natálio Stica, até segunda-feira, quando vamos ter a segunda votação que não é constitucionalidade, possa trazer os impactos. Se for possível a relação de quais foram as empresas, porque acho que a Secretaria da Fazenda tem tudo informatizado, tem tranqüilamente condições de nos fornecer, conforme a sua proposta.

Então, que até segunda-feira traga os impactos para que esta Casa possa saber exatamente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou fazer, não só um apelo ao Deputado Stica, como também ao Líder do Governo, Deputado Dobrandino, que providenciem essas informações da Secretaria até segunda-feira.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (Pela Ordem)

Eu só ia fazer uma ponderação, Sr. Presidente, de que estou entendendo a polêmica. Veja bem, o Governador do Estado fez uma correção em relação às perdas que os empresários paranaenses tinham, em relação às compras por causa da diferença de alíquotas entre o Estado de São Paulo, outros Estados e o nosso Estado. Empresários que foram em algum momento prejudicados por essa diferença, podem ter ressarcido, não a diferença, mas a multa que incidiu sobre esse valor.

Votei favorável e acho que devemos votar favorável, porque o Governador do Estado do Paraná ao ter que sancionar essa lei ouvirá, mais uma vez, como já ouviu, o Secretário das Finanças do Estado. Nós conhecemos a opinião do Dr. Heron, sabemos com quão equidade ele trata as questões tributárias no nosso País, e se a opinião dele for favorável ao veto é porque o Estado do Paraná, nas suas receitas, está sendo prejudicado. Tenho certeza que ele orientará o Governador ao veto e aí o trabalho do Poder Legislativo se finda. Foi feita a discussão, o projeto foi apresentado, há uma distorção e o Poder Executivo tomou a sua opinião final, mesmo que seja o veto nós teremos oportunidade de debater, mais uma vez, quanto à apreciação do veto ou não.

Fui procurado na época em que era Líder do Governo, relatei isso ao Deputado Tadeu Veneri que, também, foi procurado porque essa isenção, esse decreto com a diminuição dos valores foi feito ainda quando eu era Líder do Governo e, na época, também foi solicitado a fazer um projeto no sentido de corrigir essas distorções. Então, a ponderação que eu faço é de que encaminheemos a votação, o Secretário das Finanças vai se manifestar ao Governador quanto à sanção ou não do projeto. Se o Governador vetar nós teremos mais um debate, se o Governador Roberto Requião aprovar o projeto é porque interessa ao conjunto dos empresários do Estado do Paraná e ao setor produtivo paranaense.

Eram essas as ponderações.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 054/2005, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública o ITAI - Instituto de Tecnologia em Automação e Informática, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 007/2005, de 01/03/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 054/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública o Instituto de Tecnologia em Automação e

Informática, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (Pela Ordem)

Quero fazer uma comunicação à Assembléia Legislativa da maior relevância. O Plenário do Supremo Tribunal Federal acabou de decidir, por unanimidade, a inconstitucionalidade da Lei Estadual 14.162/03, do Paraná, que veda o cultivo, manipulação, importação, industrialização e comercialização de organismos geneticamente modificados, os transgênicos.

Portanto, o Supremo Tribunal Federal respondendo a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, proposta pelo PFL e assinada pelos Deputados Sciarra e Abelardo Lupion, declarou por unanimidade a inconstitucionalidade de lei.

É só essa comunicação, da maior relevância para toda a sociedade paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 101/2005, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública o Centro Espiritual Céu da Nova Vida, com sede e foro no Município de Pinhais. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 011/2005, de 14/03/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 101/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública o Centro Espiritual Céu da Nova Vida, com sede e foro no Município de Pinhais.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Discussão Única

ITEM 12

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 002/2005, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre o processo de catalogação, remissão e consolidação de leis estaduais. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/2005, de 05/04/2005)**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 754, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, por uma questão de justiça devo dirigir-me neste momento para esclarecer uma situação, que durante a nossa reunião da Comissão de Direitos Humanos, quando fiz o meu pronunciamento, relatei as presenças, e por um lapso deixei de fazer a colocação da presença, da participação do Deputado Duílio Genari, que nos deu uma orientação e um conselho muito importantes para a solução dos problemas referentes à nossa Comissão de Direitos Humanos, e o Deputado Ângelo Vanhoni, que neste momento se comprometeu a incorporar-se à delegação que vai a Paranaguá na terça-feira de manhã.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 747, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 750, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 751 e 752, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 756 e 757, de autoria do Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 758, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 759, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 761, de autoria do Deputado Waldir Leite, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 763, de autoria do Deputado Elio Rusch, com apoio dos Deputados Plauto Miró Guimarães, Durval Amaral, Luiz Carlos Martins e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 764, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 766, de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 767 e 768, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 771, 772 e 773, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 774, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 775 a 779, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 780, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 770, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Ordem do Dia da próxima Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 381/04, 036, 059, 065 e 104/05.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 032, 033, 046, 054 e 101/05.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 004/05.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 048/2003.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS, EM SESSÃO DO DIA 06 DE ABRIL DE 2005.

“Fani Lerner, a mão amiga”

Aroldo Murá Gomes Haygert

Liana só fará três anos em março, mas é boa amostra de uma geração que está chegando. Por exemplo, trata os mais velhos de “você” e, dia desses, sem rodeios, com a maior desenvoltura, perguntou à avó Fani: “qual é o teu e-mail?”

Ela é parte do universo a que a avó tem se dedicado - o mundo da criança -, bem diferente daquele que a menina Fani (Woller Proveller) Lerner, nascida em 1945, viveu na avenida Sete de Setembro, entre as ruas Alferes Poli e 24 de Maio, em Curitiba.

É para gente miúda como os netos Ben, cinco anos; Liana, Tobias, três anos, e Sophie, um ano, mas sobretudo para um universo de crianças anônimas, e nada íntimas de avanços digitais, que a ganhadora do Prêmio Kellogg's de 2003, entregue em Columbus, Ohio, Estados Unidos (uma espécie de prêmio Nobel, reconhecimento aos que fazem muito pela infância no mundo inteiro), tem mergulhado num trabalho sem paralelos no País: foram quinhentas creches por cuja implantação lutou e fez bandeira de vida, em oito anos como Secretária Estadual da Criança nos dois governos Lerner. No Município de Curitiba, nos três mandatos do marido, foram 120 as creches que ela pode exibir como obras resultantes de seu empenho.

Haverá estatísticas capazes de dimensionar os resultados dessa quase obsessão pelo mundo da criança?

E em futuro próximo, quando a parceria da Prover (ONG fundada por Fani com os US\$ 100 mil recebidos da Kellogg's) e o centro universitário Unicamp, do grupo de ensino Positivo, tiver materializado seu ambicioso projeto, crianças de todos os estratos sociais poderão mergulhar no mundo da ciência e tecnologia ofertado pelo futuro Museu Interativo, ou Centro de Estimulação Infantil, voltado a criança de 3 a 14 anos. Que começa a nascer no campus Campo Comprido da Unicamp, em Curitiba. Vai lembrar o impressionante projeto pedagógico interativo Lavillette, de Paris, com um diferencial: a ele terão acesso gratuito crianças atendidas por creches e escolas públicas em geral. Os outros pagarão entrada, passaporte para imersão numa centena de brinquedos interativos, com propostas psicopedagógicas. Lá as crianças poderão se familiarizar com os avanços das ciências, a partir do lúdico digital concebido por professores universitários amplamente dedicados ao projeto. O edifício arrojado de nossa Lavillette terá a assinatura de Manoel Coelho, o que dimensiona a proposta educacional em jogo. E que se completará com a oferta de espaço e equi-

pamento próprios para o treinamento e capacitação de educadores que atuam com a infância.

- A criança não é, porventura, o pai e a mãe do homem e da mulher? - indaga Fani, recordando um velho adágio.

Raízes em análise. Fez análise por oito anos seguidos. Até por isso, Fani não teme enfrentar eventuais fantasmas interiores. Também cursou psicologia. Assim, admite ter tido “uma certa dificuldade” de linguagem que, acredita, teve raízes em bloqueios de infância. Uma meninice que, se por um lado foi encantada pelo sentido de amplidão e liberdade na casa da Sete de Setembro - com a mãe Ana e a irmã Ester -, teve o peso da ausência definitiva do pai, “seu Manoel”, polonês de Lezen, chegado ao Brasil no final dos anos 20, atacadista de batatas. Por isso, ganhou o cognome de “Manoel Batateiro”, identificado por um ir-e-vir entre Curitiba, Irati e Araucária na comercialização do produto. Foi sócio de outra personagem indissociável da comunidade judaica do Paraná, Bernardo Schulman.

Quando Fani tinha quatro anos, Manoel Proveller morreu de diverticulite, um mal que não é pena de morte nos dias de hoje.

A chefia da casa ficou com Ana Proveller, também polonesa, de Varsóvia, chegada em 1937, fluente em iídiche, ucraniano, alemão e polonês. Jovem 34 anos, bonita, mulher de charme, embora com muitos pretendentes resolveu enfrentar a criação das filhas como viúva, com o apoio de dois irmãos, Samuel e Bernardo Woller. E as criou a partir dos balcões de sua A Moderna, de roupas femininas, na Praça Zacarias. Virou um dos endereços do bom comércio da cidade, então fundamentalmente localizado na área central.

Cadeiras na calçada. Como esquecer daquela Curitiba? Fani mergulha com intimidade, nos contornos daquela cidade. Aqui e ali, menciona nomes de famílias tipicamente curitibanas, dos anos 50, 60, 70, e endereços, paisagens, tipos folclóricos, usos e costumes de uma capital então provinciana, mas com material humano muito especial. O inconfundível DNA curitibano, do leite quente, *apfel strudel*, a vina, a cuque, o café da tarde, e todo o resto de suas digitais. Um Brasil diferente, como sabiamente o professor e crítico Wilson Martins vê o Paraná em parte de sua obra magistral (e muitas vezes patrulhada em nossos cursos de graduação e pós-graduação de Letras Portugêses...).

Era a Curitiba em que ela e Ester conviveriam, por exemplo, com os Mello e Silva, os avós do Governador Roberto Requião de Mello e Silva, senhorios de dona Ana Lúcia Requião Mello e Silva Arruda, irmã do Governador, partilhou momentos de fraterna convivência infanto-juvenil com as irmãs Fani e Ester.

- Era um tempo em que se colocavam cadeiras na calçada, na frente de casa, nos fins de tarde, para um proscar sem fim - recorda Fani.

Cadeiras nas calçadas foram apenas uma das fronteiras a distinguir a cidade acanhada que, a partir da

1972, seu companheiro de vida, Jaime Lerner, iria transformar radicalmente, do ponto de vista urbanístico e assim oferecendo ao mundo uma visão renovadora, com inimagináveis intervenções urbanas. Planejamento urbano que se imporia numa superior antevisão do futuro (prever para prover), notadamente no sistema viário. Uma guinada que, tanto quanto possível, teria de garantir a convivência harmônica daqueles traços alemães, ucranianos, poloneses, italianos - sem falar na herança portuguesa - com as surpresas de novas realidades revolucionárias: sistema viário (com o trinário) sem igual, preservação ambiental, mas exclusivas para pedestres, centros de criatividades, canaletas de ônibus expresso, “ligeirinhos”, estações-tubo, biarticulados, parques, coleta seletiva de lixo reciclável, troca de lixo por alimentos, preservação de edifícios históricos e potencial construtivo, integração do transporte com a Região Metropolitana e tarifa única de ônibus, Cidade Industrial, vias conectoras de tráfego, vias rápidas, moradias de bom gosto em conjuntos habitacionais populares...

Claro que isso é *marketing*, como querem os inconformados com o fato de Curitiba gerar um urbanista “exemplário para o mundo”, como diria Reinaldo Jardim.

Professora em Vila Lindóia. Infância e mocidade pontilhadas por uma convivência única, multiétnica, com passagens inolvidáveis, como os muitos anos no Instituto de Educação do Paraná, no qual entrou aos cinco, no jardim de infância, e do qual saiu normalista, orgulhosa de seu uniforme e de sua gravata azul-marinho. O Instituto, na Rua Emiliano Perneta, de arquitetura algo clássica, e a vivência diária com nomes que depois, como ele, pontilhariam muitos campos da vida social. Um universo de colegas e amigas de jornadas e aprendizados como Eliane Petraglia, Waldney, Davina Espírito Santo, Clotilde Spínola, Maria Teresa Prieto, Eva Woller (prima), Antônia Rocha Loures...

Naqueles dias os curitibanos se beneficiavam de uma realidade educacional pública de qualidade jamais repetida, vivida no Instituto de Educação do Paraná, e no Colégio Estadual do Paraná, este, com justo ufanismo, apresentado como “equiparado ao Colégio Dom Pedro II”. Na época, era distinção estudar nesses colégios, sem qualquer demérito ao Santa Maria, Medianeira, Bom Jesus, Sion, Cajuru - colégios também de qualidade.

Fani - que foi aluna aplicada, líder e com boas notas - recorda a saudável rivalidade intelectual entre os alunos dos dois colégios. Só não havia rivalidade nos *footing* da Rua XV ou nas paqueras que precediam as “tradicionais” sessões de quintas-feiras do Cine Avenida, na Avenida João Pessoa, sempre à 16 horas, anos 50, início dos 60.

As meninas do Instituto tinham uma certa inveja do Estadual, por esse ser um colégio misto, embora, durante o consulado de notáveis mestres, como o do diretor Francisco Gomes Ribeiro, a separação de sexos, nas aulas e pátios, fosse questão de honra. “Pena capital”,

expulsão, nos anos 50, para quem ousasse atravessar a linha nada imaginária que separava os gêneros, cada um confinado ao seu bloco de salas de aula.

A realidade do magistério começou na Vila Lindóia, e lá foi vivida por cinco anos seguidos. Fani se transportando de ônibus carimbados pelo pó das ruas de saibro, e às vezes levada de carro por Jaime. Era professora concursada no Grupo Escolar Itacina Bittencourt. Lá ficou até que Jaime e ela conseguissem construir a casa da rua Bom Jesus, 76, Cabral, hoje sede do Instituto Jaime Lerner, e onde eles viveram por 37 anos.

Hoje moram num amplo apartamento, no outro lado da rua. Nunca aceitaram a idéia de deixar o bairro onde criaram Ilana (casada com Cláudio Hoffmann, pais de Ben e Liana) e Andréa (casada com o pintor holandês Sebastian Bremer, pais de Tobias e Sophie, radicados em Nova Iorque, onde ela tem grupo de danças modernas com a sócia curitibana Rosane Chamecki).

PROVOPAR, o grande voluntariado. Fani é das poucas personalidades que, tendo vivido dezenas de anos na chamada berlinda do poder, pode dispensar relatórios sobre sua obra. Os feitos, 500 creches, estão escancarados nas 399 cidades paranaenses (uma creche na maioria das cidades; em outras, mais de uma). E estão, sobretudo, no presente e no futuro de milhares de crianças - centenas de milhares - atendidas por programas como o Da Rua Para A Escola, Projeto Piá (contra-turno), Vale Creche (pioneiro no Brasil, as empresas compram vagas para filhos de seus funcionários, por exemplo), creches comunitárias (com apoio do município e do Estado), creches públicas.

- O Mozart, jogador curitibano hoje na Itália, é um dos frutos de uma de nossas creches, a Pimpão - cita Fani, lembrando que por anos acompanhou o piazinho, hoje astro do futebol.

Tudo começou na segunda gestão Lerner na Prefeitura de Curitiba, em 1979, quando ela passou a liderar um impressionante programa de voluntariado (PROVOPAR de Curitiba), reunindo, de saída, 400 mulheres. O alvo foi a criança carente, em primeiro lugar, no levantamento e apoio às suas necessidades materiais e também com a oferta de suporte pedagógico. A idéia motora que comandava Fani e seu grupo era a de que a mãe pobre, que trabalha fora, precisa de espaço adequado para deixar os filhos de zero a seis anos. E que fosse lugar de acolhimento e de educação, jamais reproduzindo os “depósitos” de crianças, então comuns na periferia, simulacros de creches.

E daqueles tempos da arrancada do PROVOPAR, os bons avaliados sabem contabilizar o trabalho de gente como Maria Cecília Leão Rosenmann, Beatriz Sera, Maria Helena Canet, Margot Canet, Elizabeth Bley, Regina Bley, Mônica Kastrup, Kinquinha Kastrup, Maria Elisa Grillo (há 30 anos seguidos firme como voluntária numa creche), Anny Schulman, Cristine Mocelin, Clarissa Brik, Lílian Kopp...

No âmbito estadual, dona Nice Braga liderava também amplo programa de voluntariado, com o PROVO-PAR-PR.

Na primeira gestão Lerner na Prefeitura de Curitiba, Fani tinha só 24 anos - o marido, 33. Ela sentiu a mudança, brusca, passando de uma vida então voltada para a escola e a família, para as funções de primeira-dama. Se não se retraiu de todo em ações oficiais, só deslanchou para assumir por inteiro sua vocação de capitã da ação social a partir de 79, na segunda gestão.

“Evitar?” Ou como aceitar dólares holandeses. Se Fani diz que nunca “fui muito boa de linguagem”, a prática tem demonstrado o contrário. Nas incontáveis solenidades oficiais de que participou, sobretudo inaugurações de obras de sua área, foi sempre vista como “boa de microfone”. E não poucos avaliadores do universo da política por vezes manifestaram que ela seria “o melhor lado político de Jaime Lerner”.

- Há os que chegaram a ver em Fani uma espécie de Evita, naqueles traços mais notáveis e exemplares da chamada “mãe dos descamisados”. Acho que é pouco: ela consegue liberar e extrair resultados sociais como quem tira água da pedra. Mas jamais utilizou o mundo dos desvalidos, da criança carente, do adolescente pobre e da velhice abandonada para projetos eleitoreiros. Esta é a diferença que fica - opina o Deputado Luiz Carlos Martins (PSL), também identificado com obras sociais continuadas e notáveis, em sua Rádio Banda B.

Como a verdade está no meio - *in medio virtus* -, o correto é concluir que Fani é muito bem articulada, tem a noção do “espetáculo”, da arena de atuação, e, como poucas pessoas públicas, conseguiu aglutinar, por pelo menos 30 anos, um mundo de lideranças femininas, no Estado todo. Foram mulheres de todos os níveis sociais, desde as chamadas “locomotivas da sociedade”, como diria Ibrahim Sued, às humildes benzedadeiras ou carismáticas de núcleos pentecostais, de mulheres de oração e ação.

- No mundo ocidental, onde se formam as lideranças populares? - indaga Fani para apresentar a resposta: “Estão sobretudo nas igrejas, em sindicatos, em associações de bairros, nas escolas...”

Cautelosa no andar sobre as brasas da vida pública, passou incólume, de 1972 até agora, de maldades ou maledicências tão comumente associadas à administração de recursos do erário. E mais que isso, teve como outra característica, um especial *feeling* para oportunidades.

Bom exemplo aconteceu no início da segunda administração Lerner na Prefeitura. Ela não deixou a sorte passar em sua frente: aceitou a generosa doação de US\$ 100 mil que a Fundação Van Leer, da Holanda, tentava de todo jeito doar ao governo do Estado, e que foram rejeitados pela Secretaria de Estado da Educação. Dinheiro carimbado, foi direto para o desenvolvimento pedagógico do pessoal de creches de Curitiba.

Os dólares foram usados para os primeiros passos de desmontagem de uma imagem-mentalidade, e que se

identificavam as operadoras de creches como “tia”, babá, atendente. Com esse dinheiro, Fani fez deslancar o reconhecimento da educadora de creches, por meios de treinamento e formação pedagógica. Problema em grande parte resolvido.

Esse é apenas um ponto de ajuda a explicar uma biografia rara. E nada a ver, pois, com a de Evita.

O contrabando faz boas ações. Ela nunca escondeu que quer ser reconhecida como dona de vó próprio. Tem orgulho de Jaime Lerner, pode-se dizer que muitas vezes parece o alter ego dele. “Mas sabe andar sozinha, tem cintilação só dela, o que não deve ser fácil vivendo ao lado de astro de raro fulgor”, depõe ainda o Deputado Luiz Carlos Martins.

Funcionária pública assídua, as sessões de quimioterapia sempre a mantiveram o menos possível em repouso. Surpreendia o pessoal da Secretaria da Criança a partir de 1996, quando passou a conviver com um câncer. Poucos dias depois de penosíssimas sessões de quimioterapia, estava a postos no gabinete, despachando. Dona absoluta da agenda, teve sempre a seu lado a irmã Ester e Rosa Maria Carvalho, conselheiras, suportes, apoios mais próximos.

Uma usina de idéias, Fani descobriu muitos ovos de Colombo. Um deles: conseguiu que a Receita Federal doasse boa parte dos produtos apreendidos em contrabando - especialmente brinquedos, eletroeletrônicos, *gadgets* - para o PROVOPAR estadual. Na Vila Guairá instalou amplo armazém para a venda do contrabando legalizado, com resultados financeiros para construir creches e apoiar outras ações sociais. Neste particular, ajudas vitais foram de Anny Schulman, Clarissa Brick e Jaçanã Groff.

O devotamento de Fani à causa da criança pode também se resumir em dois outros exemplos: criou na terceira administração Lerner na Prefeitura o Vale Creche, exemplo seguido Brasil afora; e no Estado, envolvendo a Fundação Ayrton Senna, criou a multi-sopa, industrializada, enlatada, liofilizada, que passou a ser de consumo obrigatório em creches, socorrendo asilos de idosos e famílias carentes. Da sopa, criteriosamente concedida com verduras que eram fornecidas no Ceasa-Curitiba, e distribuição gratuita, com o detalhe do baixo custo para o PROVOPAR e o amplo espectro humano atendido com essa alimentação balanceada.

Ecumênica, obras como o Lar Hermon, evangélico, de apoio a jovens dependentes químicos, foi “cliente” assíduo de Fani e sua equipe.

Frei Miguel Bottaccin, o místico da Vila Nossa Senhora da Luz, costumava enaltecer Fani colocando-a nas alturas. Numa das manifestações hiperbólicas sobre sua admiração da benfeitora de seus pobres, ele fez publicamente uma declaração de amplo respeito à secretária. No melhor linguajar ítalo-eclesiástico, com a simplicidade direta e comovente que o identificava, certo dia saiu-se com esta:

- Ela é ótima. É praticamente uma boa cristã...

